

DIÁLOGO GLOBAL ^{3.4}

5 edições por ano em 15 idiomas

Fernando Henrique Cardoso
olha para trás

Sociologia como
vocação

Chizuko Ueno,
Vladimir Yadov

Bulgária
ontem
e hoje

Mariya Ivancheva,
Martin Petrov,
Georgi Medarov

Ciência social
na Malásia

Shamsul A.B.,
Rahman Embong

- > Turismo na favela
- > Por trás da trágédia do vestuário em Bangladesh
- > O seu artigo acabou de ser terceirizado
- > Sociologia da Tunísia após a revolução
- > Sociologia cinematográfica
- > Livros mais baratos para membros da ISA

NEWSLETTER



International
Sociological
Association



VOLUME 3 / EDIÇÃO 4 / AGOSTO 2013
isa-global-dialogue.net/

GD



> Editorial

Por uma nova sociologia

A indignação coletiva continua a abrir caminhos por todo o mundo – há pouco, carregando sua tocha do Parque Gezi e da Praça Taksim para as principais cidades brasileiras, e agora, enquanto escrevo, o Egito foi reacendido por uma revolta popular de proporções sem precedentes. A multidão na Praça Tahrir demonstra uma grande recusa à (re)expropriação da política, ainda que suas consequências sejam incertas e trágicas. Esses protestos interdependentes culturalmente, porém independentes politicamente, que agora abrangem todo o planeta, exigem uma nova teoria dos movimentos sociais, e, a partir disso, uma nova sociologia que tenha alcance global.

Da mesma forma que essa nova sociologia deve lidar com o entrelaçamento da política com a economia, a *Diálogo Global* expõe o submundo político da terceira onda do capitalismo de mercantilização, conhecido popularmente como neoliberalismo. Assim, Mallika Shakya analisa a geopolítica da distribuição da produção de vestuário que ocasionou o desastre em Bangladesh, enquanto Bianca Freire-Medeiros descreve a promoção do turismo de favela, onde sucessivos regimes políticos do Brasil capitalizam a pobreza. Jeff Sallaz analisa como as editoras estão lucrando incrivelmente com a terceirização, dependendo de nós (ou de nossas bibliotecas) para comprar de volta a preços inflacionados os mesmos produtos que produzimos! Indo mais longe, em uma história pessoal envolvente, Rahman Embong nos conta como a sociologia tem sido deixada de lado nas melhores universidades da Malásia em prol da procura por disciplinas que proporcionem lucros em curto prazo e quietude política em longo prazo.

Então, onde poderíamos encontrar uma nova sociologia? Eu tenho acompanhado uma geração pós-comunista de sociólogos críticos, emergentes na Europa Oriental – Polônia, Ucrânia, Romênia e Alemanha Oriental. Nestas páginas, três jovens sociólogos da Bulgária desafiam os termos dos debates nacionais. Martin Petrov descreve o ciclo de vida dos de baixo e de fora – os detritos dos regimes novos e antigos, que concorrem pela distinção nas ruas de Sofia. Georgi Medarov traça os complexos padrões de políticas voltadas para o passado visando ex-comunistas – e, desse modo, dando-lhes uma existência fantasmagórica –, mas com a motivação adicional de exonerar a Bulgária de seu passado fascista. Ao fazê-lo, a atenção é desviada das tendências fascistas do presente. Mariya Ivancheva reflete criticamente sobre sua inicial compreensão acerca da transição democrática, viajando até a Venezuela para explorar os dilemas de um outro socialismo e ver quais são as lições e conhecimentos que possui para a Europa Oriental. Todos os três estão tentando tecer uma sociologia que interroga o passado para criar saídas para o presente.

A nova sociologia requer novos métodos para escavar as camadas polifônicas da história e da sociedade. Não há lugar melhor para começar do que a entrevista de Jordanna Matlon com Joyce Sebag e Jean-Pierre Durand sobre seu programa de sociologia do cinema na Universidade de Evry. E, em linha com seu projeto cinematográfico, gostaria de estender um convite aberto para a submissão de fotos-ensaios (uma foto de alta resolução seguida de 300 palavras de interpretação) para publicação na *Diálogo Global*.

> **A *Diálogo Global* pode ser encontrada em 15 idiomas no [website da ISA](#)**

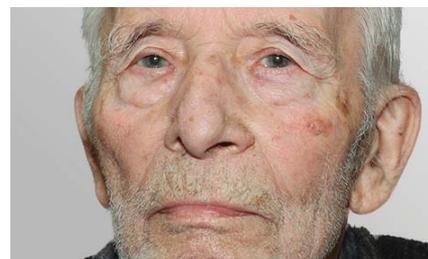
> **Submissões devem ser enviadas para burawoy@berkeley.edu**



Fernando Henrique Cardoso, duas vezes presidente do Brasil (1995-2003), uma vez presidente da ISA (1982-1986), sociólogo pioneiro, relata as vantagens e desvantagens de ser um sociólogo como Presidente.



Chizuko Ueno, célebre intelectual pública japonesa, ativista e socióloga, reflete sobre o caminho a ser percorrido pelo feminismo e avalia as suas conquistas históricas no Japão e as tarefas pela frente.



Vladimir Yadov, pioneiro da sociologia russa durante o período soviético, defensor da autonomia da sociologia na era Putin, ex-Vice-Presidente da ISA, e amado professor, descreve os desafios que enfrentou.

> Editorial

Editor: Michael Burawoy.

Editores Executivos: Lola Busuttil, August Bagà.

Editores Associados:

Margaret Abraham, Tina Uys, Raquel Sosa,
Jennifer Platt, Robert Van Krieken.

Conselho Editorial:

Izabela Barlinska, Louis Chauvel, Dilek Cindoğlu,
Tom Dwyer, Jan Fritz, Sari Hanafi, Jaime Jiménez,
Habibul Khondker, Simon Mapadimeng, Ishwar Modi,
Nikita Pokrovsky, Emma Porio, Yoshimichi Sato,
Vineeta Sinha, Benjamin Tejerina, Chin-Chun Yi,
Elena Zdravomyslova.

Editores Regionais

Mundo Árabe:

Sari Hanafi, Mounir Saidani.

Brasil:

Gustavo Taniguti, Juliana Tonche, Andreza Galli,
Renata Barreto Preturlan, Ângelo Martins Júnior,
Lucas Amaral, Celia Arribas.

Colômbia:

María José Álvarez Rivadulla,
Sebastián Villamizar Santamaría,
Andrés Castro Araújo, Katherine Gaitán Santamaría.

Índia:

Ishwar Modi, Rajiv Gupta, Rashmi Jain, Uday Singh.

Irã:

Reyhaneh Javadi, Shahrad Shahvand,
Hamidreza Rafatnejad, Tara Asgari Laleh, Najmeh Taheri,
Saghar Bozorgi, Faezeh Khajezadeh.

Japão:

Kazuhiisa Nishihara, Mari Shiba, Kousuke Himeno,
Tomohiro Takami, Yutaka Iwadate, Kazuhiro Ikeda,
Yu Fukuda, Michiko Sambe, Takako Sato, Yuko Hotta,
Yusuke Kosaka, Yutaka Maeda, Shuhei Naka.

Polônia:

Mikołaj Mierzejewski, Karolina Mikołajewska,
Krzysztof Gubański, Adam Mueller, Patrycja Pendrakowska,
Emilia Hudzińska, Julia Legat, Kamil Lipiński, Natalia Jońca.

Romênia:

Cosima Rughiniş, Ileana-Cinziana Surdu,
Monica Alexandru, Telegdy Balasz,
Marian Mihai Bogdan, Adriana Bondor, Ramona
Cantaragiu, Miriam Cihodariu, Alexandra Duţu, Cătălina
Gulie, Angelica Helena Marinescu, Monica Nădrag,
Lucian Rotariu, Cosima Rughiniş, Alina Stan, Mara Stan,
Elena Tudor, Cristian Constantin Vereş.

Rússia:

Elena Zdravomyslova, Eleonora Burtseva,
Anna Kadnikova, Elena Nikiforova, Julia Martinavichene,
Ekaterina Moskaleva, Asja Voronkova.

Taiwan:

Jing-Mao Ho.

Turquia

Aytül Kasapoğlu, Nilay Çabuk Kaya, Günnur Ertong,
Yonca Odabaş, Zeynep Baykal, Gizem Güner.

Ucrânia:

Svitlana Khutka, Olga Kuzovkina, Anastasia Denisenko,
Mariya Domashchenko, Iryna Klievtsova,
Lidia Kuzemska, Anastasiya Lipinska, Myroslava
Romanchuk, Ksenia Shvets, Liudmyla Smoliiar, Oryna
Stetsenko, Polina Stohnushko.

Consultores de Mídia: Annie Lin, José Reguera.

Consultor Editorial: Abigail Andrews.

> Nesta Edição

Editorial: Por uma nova sociologia	2
Presidente como sociólogo	
Uma entrevista com Fernando Henrique Cardoso, Brasil	4
Sociologia como vocação – Sobre tornar-se uma feminista no Japão	
Por Chizuko Ueno, Japão	7
Sociologia como vocação – Sociólogo como destino de vida	
Por Vladimir Yadov, Rússia	9

> CAPITALIZANDO SOBRE A POBREZA

A favela viajante	
Por Bianca Freire-Medeiros, Brasil	11
Por trás da tragédia do vestuário em Bangladesh	
Por Mallika Shakya, Índia	14
Seu artigo acabou de ser terceirizado	
Por Jeffrey J. Sallaz, EUA	17
Livros mais baratos para os membros da ISA	
Por Sujata Patel, Índia	20

> FOCO NA BULGÁRIA

Presença entre dois socialismos	
Por Mariya Ivancheva, Hungria	22
Contos das ruas de Sófia	
Por Martin Petrov, Bulgária	24
O debate pós-comunista na Bulgária sobre o Holocausto	
Por Georgi Medarov, Bulgária	26

> CIÊNCIA SOCIAL NA MALÁSIA

Ciência social na constituição da Malásia	
Por Shamsul A.B., Malásia	28
A vida e os momentos de um sociólogo comprometido	
Entrevista com Dato Rahman Embong, Malásia	30

> SOCIOLOGIA AO VIVO

Sociologia da Tunísia após a Revolução	
Por Mounir Saidani, Tunísia	34
Sociologia cinematográfica	
Entrevista com Joyce Sebag e Jean-Pierre Durand, França	36



> Presidente como sociólogo

Entrevista com Fernando Henrique Cardoso



Depois de ter sido ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso foi eleito presidente do Brasil por dois mandatos, 1995-2003. Foi presidente da Associação Internacional de Sociologia (1982-1986), no final do regime ditatorial no Brasil. Já era, então, um sociólogo mundialmente famoso pelo seu trabalho pioneiro sobre a interação entre dependência e desenvolvimento na América Latina. Sua tese foi um estudo clássico sobre a escravidão no sul brasileiro. A entrevista aqui é baseada em observações que ele fez na sessão de encerramento das reuniões da Associação Americana de Sociologia, em 2004, um ano depois de ter deixado o cargo de Presidente.

Fernando Henrique Cardoso.

MB: Presidente Fernando Henrique Cardoso, como o fato de ser sociólogo moldou sua experiência enquanto presidente de um país tão grande como é o Brasil?

FHC: Eu diria que acredito que o que é importante na vida política, assim como na academia, é a crença em alguma coisa. Se você não tem uma visão, se você não tomar uma posição, é impossível imprimir uma marca em uma comunidade ou em um país. Você deve ter convicções. Isso é, provavelmente, o oposto do que sempre foi dito sobre o "homem político". É claro que eu li Weber, assim como você. Weber faz a distinção entre a ética da convicção e a ética da responsabilidade, contudo, ele nunca separou cada uma como sendo a condutora da ação política. Em vez disso, ele tomou as duas éticas em consideração. Ele próprio foi um deputado alemão, e altamente nacionalista. Então, ele tinha valores.

Desde que você tenha convicção, e desde que seja capaz de expressá-la no momento adequado – isto é, quando seu tempo na política coincide com a sensibilidade das pessoas –, pode tornar-se um líder político. Sem essa capacidade, é impossível. Você pode até ser eleito, mas sem convicção, sem convicções profundas, você não pode tornar-se um líder político. No meu caso, gostaria de salientar que o que

moveu minha geração não foi a paixão pelo desenvolvimento econômico, embora tivéssemos isso. A democracia é que foi a nossa principal devoção.

No momento em que eu passei a me envolver mais diretamente com a política, nós ainda estávamos vivendo sob um regime autoritário. Sofríamos diariamente com a falta de liberdade. Você podia ver as pessoas sendo exiladas ou presas – pessoas sendo torturadas: esse foi o principal incentivo para o nosso engajamento. Isto implicou em uma reafirmação do nosso credo democrático, de nossas convicções democráticas.

MB: Democracia é uma palavra vaga e má utilizada, o que isso significa para você?

FHC: Você tem diferentes tipos de democracias, diferentes variações do mesmo valor, com diferentes configurações. No mundo atual, democracia não se trata apenas de ser capaz de se envolver com um partido político e na vida eleitoral. Devo dizer que nunca fui membro de partido, no verdadeiro sentido do termo. Nunca fui um *apparatchik*. Eu odeio *apparatchiks*. Uma vez, em minha primeira campanha política para o Senado, eu disse em um discurso, para uma sala cheia de membros do meu grupo político – o qual se opôs aos militares –, que militantes são pessoas chatas.





Ilustração por Arbu.

Eu não acho que você possa olhar para a política apenas em termos de partidos políticos. Eu acho que, hoje em dia, o que é importante é ter a capacidade de entrar em contato com amplos setores da sociedade civil, em geral, e expressar valores de acordo com os sentimentos difusos das pessoas.

Assim, para ser efetivo como um “homem político” é necessário alguma capacidade de seduzir, de se comunicar, de gerar emoção. Até certo ponto, você tem que ser um ator. No bom sentido do termo: não porque você está desempenhando um papel como no teatro. Não é isso. Você tem que ter a capacidade de comunicar, sentir e transmitir emoção. Talvez eu tenha me tornado um líder político porque eu gosto de pessoas. Sendo presidente eu tentei entrar em contato com as pessoas comuns. Os presidentes tendem a ser muito afastados das pessoas mais simples em geral. Mas os presidentes têm garçons. Temos pessoas que cuidam de nós, mesmo quando estamos na piscina. Temos motoristas. Temos seguranças. Essas são as pessoas que rodeiam um presidente na vida diária – e não apenas políticos e pessoas de classe alta. Eu tentei falar com elas, dar-lhes a sensação de que poderiam falar comigo como uma pessoa. Não como um presidente. Tentei ouvi-las a respeito de como elas realmente se sentiam em relação a coisas diversas. Penso que, hoje em dia, o importante é ser um ator não no sentido da performance, mas no sentido de ser capaz de influenciar questões, transmitindo emoções que mostrem que você está realmente comprometido com o que está expressando. Isto requer também não perder o sentido de ser um ser humano.

MB: E a sociologia, ela ajuda você a ser humano?

FHC: A sociologia ajuda muito. Muito frequentemente no Brasil, as pessoas que competiam comigo – meus adversários – costumavam dizer: “Bem, este é um homem que nunca foi pobre na vida. Ele fala melhor francês que português”. Eles diziam coisas do tipo apenas para me desqualificar. Mas perderam o ponto. Ser um professor em países estrangeiros, como eu tinha sido, me ensinou uma lição: eu tinha que falar de forma mais simples e direta do que os intelectuais comuns fazem.

Lembro-me quando, como um exilado da ditadura militar,

comecei a dar aulas no Chile. Português e espanhol são muito próximos, mas não são a mesma língua. Brasileiros entendem espanhol, mas o contrário não ocorre. Os chilenos protestavam com cada palavra que eu tentava pronunciar em português. Então, fui obrigado a evitar palavras complexas, eu tinha que simplificar.

Além disso, como sociólogo, é importante estar em contato com as pessoas – e você é treinado assim. E quando a oposição dizia “Oh, este homem não tem capacidade de se relacionar com as pessoas pobres ou simples”, eu sorria, porque comecei minha carreira como sociólogo vivendo com os negros e lidando com as relações raciais. Logo, visitei muitos bairros degradados, favelas e periferias na parte sul do Brasil. Mais tarde, realizei uma pesquisa com trabalhadores, e, em seguida, passei a estudar os empreendedores. Mas comecei minha carreira em estreito contato com as pessoas simples. E nunca tive dificuldades em lidar com pessoas.

Eu também tinha feito os cursos da antropologia. Hoje, nós estudamos as três disciplinas em conjunto: sociologia, economia e antropologia. E você sabe como são os antropólogos – minha esposa foi uma antropóloga –, eles olham para coisas muito específicas. E gostam de conversar com todo mundo, tomar notas, refletir sobre as pequenas mudanças de comportamento. É importante, para um político, ter a capacidade de compreender os outros e dialogar com eles. Isso aumenta sua capacidade de influenciar os outros, desde que tenha a capacidade de ser um ator, no sentido que sublinhei antes: de expressar seus verdadeiros sentimentos de uma forma direta e sensível.

MB: Mas a sociologia pode ser também uma desvantagem?

FHC: Sim, é verdade. Eu lembro que eu era tímido quando comecei minha primeira campanha política, concorrendo a um posto no senado. Fazer campanha política no Brasil significa tocar as pessoas, e elas agarram você de volta com muita força. No final do dia, você está realmente muito cansado, exausto de tanta paixão. A campanha política – pelo menos no Brasil – é um intercâmbio físico; é de pessoa para pessoa. Não se trata só de falar. Você tem que tocar. Você tem que estar perto das pessoas. Isso exige algum treinamento. Então, quando eu comecei, não foi fácil.

Entretanto, obviamente, conversar é importante, e não é fácil para um acadêmico falar para as multidões. Você tem que simplificar e ser muito afirmativo. E não tentar fazer grandes declarações, porque as pessoas simplesmente não gostam disso. Não é fácil para um acadêmico adaptar-se a essa situação. Lembro-me que, no começo, eu até tentei dar um discurso diferente a cada reunião que eu participava. E, não se esqueça, em uma campanha política, às vezes temos, em um dia, oito ou dez encontros. Eu tinha vergonha de repetir as mesmas idéias. Então, tentei imaginar diferentes histórias para cada público. E isso foi um desastre.

Porque ninguém realmente consegue transmitir aquilo



que deseja, você tem que repetir para você mesmo diversas vezes. Você tem que simplificar e repetir. Então, nessas circunstâncias, não é fácil ser um sociólogo e um político. Mas, quando nos movemos dessa situação para a TV, então temos uma enorme vantagem. Na minha primeira campanha eleitoral para uma cadeira no Senado, representando o estado de São Paulo – em um momento em que o Brasil ainda estava sob o regime militar e nós estávamos em campanha contra ele –, fui em uma rede de TV para debater com o meu adversário. Eu estava bastante calmo durante todo o debate. Isso porque eu estava tentando dar uma lição, ou algo parecido.

Quando voltei para a minha casa, meus amigos estavam em estado de desespero total; isso é impossível, eles diziam, você não tem energia alguma, você não transmite os sentimentos que um político deve expressar. O impacto real sobre o público foi completamente o oposto dessa análise pessimista. Porque a TV exige muito mais uma espécie de diálogo – uma conversa mais íntima do que um discurso público em uma reunião –, e por isso temos essa vantagem adicional, sendo sociólogos e professores, nós dominamos diálogos diretos com os alunos. Para nós, não é tão difícil tirar proveito da TV na vida política. Basta desempenhar o papel de um bom professor, expressar suas idéias de uma forma simples e convincente.

MB: Como presidente, como você lidou com os partidos políticos?

FHC: No caso do Brasil, como eu disse antes, o que é realmente importante é a capacidade que os líderes têm de apresentar uma visão de nação – e não dos partidos. O líder deve convencer a maioria da população, mesmo à custa de ignorar os partidos políticos.

Os partidos, muitas vezes, são mais propensos a bloquear do que promover a mudança. Eles não estão preparados para lidar com a inovação. Então, você tem que ignorar a estrutura partidária. Ao mesmo tempo, você tem que perceber que, finalmente, você depende da estrutura política para ter sucesso. Isso significa que não se pode ir contra ela. Se você entrar em conflito direto com o sistema político, corre o risco de acabar como uma espécie de ditador, ou de ser cassado.

Você pode manipular as massas e mobilizá-las contra o Congresso. Usando a TV, isso não é tão difícil. Mas este caminho leva em direção a uma ditadura. Você precisa ter uma convicção democrática firme e não voltar as costas contra o Parlamento, porque o Parlamento pode ser um obstáculo para as mudanças que você está tentando implementar. Você deve estar preparado para uma negociação permanente com o Congresso. Aqui, mais uma vez, um sociólogo treinado tem algumas vantagens, porque você entende quais são os reais interesses em jogo – não apenas olhando para os diferentes partidos, mas observando os diferentes grupos e círculos ou até mesmo pessoas dentro de cada partido. E, acima de tudo e mais importante, manter os olhos no interesse público.

MB: Você teve o seu quinhão de crises nacionais. O que você tem a dizer sobre como responder a crises?

FHC: É necessário sempre manter a calma em momentos de crise – por exemplo, nos momentos de especulação no sistema financeiro internacional – e firmar o curso, caso contrário tudo pode entrar em colapso, o que pode afundar tanto você quanto seu governo. Ter a capacidade analítica de entender o quadro mais amplo, em tempos de crise, ajuda a manter a calma. Você deve ser capaz de atuar em diferentes níveis, estar perto das pessoas em certas circunstâncias, mas com a capacidade de ser mais reservado, não somente para não balançar o barco, mas, acima disso, para fornecer um roteiro e traçar um curso para onde você quer ir.

Nesses momentos, o principal dever do chefe de Estado é salvaguardar os interesses de longo prazo da nação, sem correr o risco de entrar em colapso. E, quando isso acontece, a reconstrução de todo o sistema leva muito tempo e sempre implica que as pessoas vão acabar pagando um alto custo social. É também por isso que é tão importante ter a capacidade de navegar quando os ventos são favoráveis, aproveitar a oportunidade e seguir em frente. Isso também irá torná-lo mais forte para lidar com os maus momentos, sobretudo quando você precisa evitar a desintegração de todo o sistema.

Até que ponto isso está ligado à formação sociológica? Em muito, eu diria. É claro, existem outras características relacionadas com as biografias pessoais e outros tipos de capacidades. Mas, basicamente, eu diria que a nossa formação como sociólogos nos dá um horizonte mais amplo, nos dá a capacidade de compreender a interação entre os diferentes grupos e também um sentido de relativismo, a percepção de que não há uma verdade predominante ou uma única maneira de fazer as coisas.

MB: Você tem alguns pensamentos sociológicos finais em relação ao processo político?

FHC: Em minha opinião, o processo político, na democracia contemporânea, requer um processo permanente de deliberação. Voltando à idéia de Rousseau, de uma “vontade geral”, eu diria que hoje em dia a vontade geral é redefinida diariamente por todos na sociedade. Precisamos abrir espaço para que isso aconteça, para que mais e mais pessoas possam se envolver no processo de deliberação. As pessoas já não aceitam a representação apenas em termos de voto. Legitimidade, hoje, não está apenas ligada ao voto; ela exige uma reafirmação permanente dos valores e causas que lhe importam, do porquê de você estar lutando.

Muitas vezes recebi milhões de votos. Fui duas vezes eleito para a presidência da república com o apoio de mais de 50% do eleitorado. Mas, esta impressionante delegação não é suficiente. Você precisa restabelecer e reafirmar sua legitimidade dia a dia. É quase como se, a cada dia, você estivesse começando do zero. Aqueles que pensam que ganharam a confiança das pessoas de uma vez por todas, se enganam. Você deve manter e renovar essa confiança continuamente mediante a reafirmação dos valores que orientam sua ação.

Então, eu darei um último e único conselho: não entre na política – é muito difícil! ■

> A vocação da sociologia

Sobre tornar-se uma feminista no Japão

Por Chizuko Ueno, Universidade de Tóquio, Japão



Chizuko Ueno.

Chizuko Ueno, uma socióloga japonesa de destaque, crítica feminista e intelectual pública, tem sido uma pioneira nos estudos sobre a mulher e autora de muitos livros, incluindo: *Patriarchy and Capitalism* (1990); *The Rise and Fall of the Japanese Modern Family* (1994, tradução para o inglês 2004); *Nationalism and Gender* (1989, tradução para o inglês 2009), *The Erotic Apparatus* (1989); *The Politics of Difference* (2002); *A Thought for Survival* (2009); *Misogyny in Japan* (2010) e *Sociology of Care* (2011). Possui um longo envolvimento com o ativismo feminista, sendo hoje a Presidente da proeminente organização sem fins lucrativos Women's Action Network (<http://wan.or.jp/>). Veja seu discurso, intitulado "Quarenta anos de Feminismo Japonês" <http://worldwide-wan.blogspot.jp/> no qual ela elabora um balanço dos ganhos e perdas para as mulheres japonesas nos últimos 40 anos.

Sociólogo é um termo conveniente de auto-identificação. Em nome da sociologia, eu posso considerar qualquer das minhas atividades cotidianas como objeto de pesquisa, desde leituras de histórias em quadrinhos até conversas de passageiros que escuto no ônibus. Como socióloga, tenho desenvolvido um profundo ceticismo em relação à sociedade na qual eu vivo. Não posso dizer se é a minha disposição cética que me molda como uma socióloga ou se foi a formação sociológica que me tornou cética. Tudo o que sei é que o habitus sociológico nos leva a olhar em volta para o que está errado, insano, estúpido, estranho, irracional. Em contrapartida, as pessoas geralmente pensam que os sociólogos são insanos, estúpidos e estranhos. Este hábito me preparou bem para os estudos de gênero, porque o mundo



do gênero está cheio de insanidade, estupidez, estranheza e irracionalidade. Em meus dias de juventude, lembro que dizia: “O que não é considerado senso comum hoje se tornará senso comum amanhã!”. De várias maneiras, minha predição se tornou verdade, desde que levamos o gênero em consideração.

Há 40 anos atrás, quando eu era uma estudante universitária na década de 1970, a comunidade acadêmica era ainda um mundo de homens, no qual as mulheres estavam fora do lugar. Homens e mulheres se uniram no movimento estudantil, mas isto acabou por ser uma grande decepção para as mulheres. O ativismo estudantil foi um jogo de garotos, e não de garotas. Os companheiros na linha de frente eram tão sexistas quanto conservadores.

Depois do colapso do ativismo estudantil, fui para a faculdade de sociologia, mas somente como uma moratória do mundo real, sem nenhuma aspiração acadêmica. Lá eu encontrei estudos sobre mulheres que tinham acabado de ser trazidos dos EUA. Foi uma experiência reveladora, da qual eu aprendi que era perfeitamente “normal” estudar eu mesma. Naquele momento, eu estava tendo problemas com a questão de quem eu era, na qual ser mulher era uma questão central. Foi minha sorte que eu não era a única a pensar deste modo.

Eu me orgulho de ser pioneira em estudos sobre mulheres no Japão, uma vez que eles não existiam antes de nós. Estudos acadêmicos sobre mulheres da minha geração foram feitos por seus próprios esforços. Nós formamos um grupo de estudos, aprendemos uns com os outros, publicamos periódicos e tentamos alcançar nossos leitores. Como uma socióloga jovem, que estava cansada da sociologia existente, deparei-me com o meu tema de pesquisa sobre gênero e sexualidade, com o qual eu poderia me envolver profundamente, e sobre o qual eu mal podia escrever sem o sentimento de raiva.

Os estudos sobre mulheres no Japão nasceram e cresceram fora da academia. No começo não esperávamos alcançar uma posição de ensino, fundos para pesquisa, assinaturas de revistas acadêmicas autorizadas, de modo que criamos tudo em nosso campo. Os estudos sobre mulheres não eram reconhecidos como uma disciplina acadêmica séria. Porém, em dez anos, ou seja, nos anos de 1980, algumas revistas acadêmicas começaram a citar a partir de nossos periódicos. Em vinte anos, na década de 1990, me ofereceram um cargo de professora em estudos de gênero e geração na Universidade de Tóquio, supostamente a universidade mais prestigiada do Japão. Lá, nas minhas aulas, os estudantes escolhem livremente temas de pesquisa como: a representação das mulheres em quadrinhos para meninas; comunidades gays e lésbicas; a estrutura discursiva de um website para mães solteiras; a história da masturbação. Seguindo estes temas,

eles se sentiram livres para escrever suas dissertações para bacharelado, mestrado e até doutorado, embora seja preciso dizer que suas futuras carreiras acadêmicas não estão garantidas.

A sociologia me ajudou a desenvolver estudos sobre as mulheres. Emprestando as palavras dos escritos pós-coloniais de Gayatri Spivak, era como “*lutar utilizando as armas dos inimigos*”. Como autora do *Patriarchy and Capitalism* (1990), eu consegui convencer um leitor de que havia algo de errado em suas relações com as mulheres. Um de meus leitores disse para mim: “*Depois de ler o seu livro, percebi o que minha mulher estava reclamando*”. Ao contrário, o que ele devia ter feito primeiro era ouvir sua esposa. Mas, a fim de fazê-los entenderem seus próprios problemas, não tínhamos outro jeito que não usar a linguagem hegemônica. É similar à situação pós-colonial, quando usamos o inglês para sobreviver na comunidade acadêmica, onde globalização significa anglófono-centrismo. Assim, eu me tornei bilíngue, inglês e japonês, linguagens femininas e masculinas, linguagem acadêmica e do cotidiano, linguagens padrão e locais e assim por diante. O lugar do sociólogo têm que estar no meio disso, de modo que a teoria de Karl Mannheim de homens (mulheres) marginais é ainda válida.

Os estudos sobre mulheres serviram como um equivalente funcional para o ativismo de mulheres na comunidade acadêmica. A questão foi seguida logo depois pela institucionalização dos estudos sobre mulheres. Nós fomos responsáveis por isso, mas com quais resultados? Os desafios dos estudos de mulheres mudaram o que eram as disciplinas centradas nos homens? Ou os estudos de mulheres se auto ajustaram às disciplinas existentes através de sua institucionalização? A questão é semelhante para a participação de mulheres nas forças armadas. A participação de mulheres mudou o meio militar, ou será que as mulheres são militarizadas através de sua participação? O que vem primeiro? É triste dizer que a história nos diz que o último vem primeiro, que a instituição é capaz de absorver seus dissidentes.

Nós ainda estamos lutando contra os princípios básicos das disciplinas acadêmicas, como a objetividade, a neutralidade, aplicabilidade e refutabilidade. Mas, sem qualquer juízo de valor, como podemos achar um tópico de pesquisa apropriado? Sem nenhum compromisso, como podemos afirmar que algo está errado? Sem qualquer esperança de uma futura sociedade, como podemos pensar em continuar com este esforço de uma meticulosa investigação, da qual esperamos tão pouca recompensa?

Chegando na idade da aposentadoria como professora emérita, só posso dizer que estou feliz por ser uma socióloga, assim como a sociologia se tornou parte de mim. ■

> A vocação da sociologia

Sociólogo como destino de vida

Por Vladimir Yadov, Instituto de Sociologia da Academia de Ciências da Rússia, ex-vice-presidente da ISA, 1990-1994



Vladimir Yadov.

Vladimir Yadov foi um pioneiro da sociologia na União Soviética, onde a disciplina assumiu uma existência precária de ciência “burguesa”. Na Universidade de Leningrado, ele foi uma figura central na criação do primeiro laboratório de sociologia, na década de 1960, seguido pela publicação de *Man and His Work*, bem como do primeiro livro sobre metodologia que definiu a nova profissão. Ele desenvolveu uma teoria sócio-psicológica da auto-regulação do comportamento social e foi eleito para a liderança da Associação Europeia de Psicologia Sócio-Experimental. Na Rússia pós-soviética, tornou-se Diretor do Instituto de Sociologia da Academia Russa de Ciências, desenvolvendo uma abordagem multi-paradigmática na sociologia. Por muitos anos, foi um embaixador da sociologia russa no exterior e, entre 1990 e 1994, Vice-Presidente da Associação Internacional de Sociologia. Ele é o líder da ala liberal-democrática de sociólogos russos que se opõem à ascensão do conservadorismo ao poder. Ele é amado por muitos alunos que vem formando desde o início da sociologia soviética até o presente.

Eu me tornei sociólogo no início da década de 60, e hoje, quando tenho que resumir os resultados da minha trajetória de vida, eu me sinto realmente feliz com essa decisão que tomei. Por muitos anos, os meios de comunicação oficiais da União Soviética rotularam a sociologia como uma “pseudo-ciência burguesa”. No entanto, após a dissolução do regime stalinista, no final de 1950, tivemos um período de liberalismo moderado. Eu e meus colegas conseguimos montar um laboratório de sociologia na Universidade de Leningrado e,



ao mesmo tempo, uma divisão – a Seção para o Estudo de Novas Formas de Trabalho e Lazer – que foi criada no Instituto de Filosofia da Academia de Ciências da URSS. De certa forma, esse foi o início de um movimento sociológico. Contudo, todos os pioneiros da sociologia obtiveram diferentes formações e tiveram que aprender uma nova profissão como se fossem estudantes extramuros – ou, como diríamos hoje, como alunos à distância –, a partir de livros didáticos (principalmente em inglês). Esses livros eram difíceis de serem obtidos e, por isso, tiveram que ser distribuídos por “samizdat” – cópias de carbono com as traduções digitadas em papel de cigarro.

A comunicação com os sociólogos da Polônia, onde a profissão foi firmemente estabelecida como disciplina acadêmica apesar da “cortina de ferro”, foi vital para nós. Projetos de pesquisa em conjunto foram realizados no âmbito da colaboração entre os países do Leste Europeu. Eu tive a sorte de estar envolvido em uma estreita comunicação com Jan Szczepański, ao mesmo tempo em que Zygmunt Bauman me educava na teoria e Stefan Nowak passava muitas horas explicando todos os nuances da pesquisa de campo. Hoje, como decano do Departamento de Sociologia da Universidade Humanitária da Academia Russa de Ciências, continuo tendo uma estreita colaboração com o Departamento de Sociologia da Universidade de Varsóvia, onde Krzysztof Kosela herdou a tradição de seu mentor, Stefan Nowak. O costume da cooperação profissional entre as gerações mais velhas é, agora, transmitida para as próximas gerações.

Em 1958, as autoridades soviéticas nos deram permissão para estabelecer a Associação Soviética de Sociologia, mas sob um rigoroso controle ideológico. Seus estatutos estipularam que o materialismo histórico era a base para a sociologia marxista. O decreto do governo, que instituiu a Associação, exigiu que seus membros promovessem as virtudes da sociologia marxista em conferências internacionais. De uma forma ou de outra, a presença de jovens sociólogos em congressos da Associação Internacional de Sociologia levou

a novos contatos profissionais, e relações de amizade foram criados entre sociólogos soviéticos e seus colegas de outros países.

A sociologia é uma disciplina universitária comum na Rússia de hoje. No entanto (e infelizmente), os sociólogos não têm o sentimento de solidariedade profissional. A comunidade sociológica está dividida em várias associações autônomas. Uma das expressões do “trauma cultural” pós-soviético, como disse Piotr Sztompka, é a polarização presente na avaliação da sociologia soviética e pós-soviética. A polêmica em torno da publicação do artigo de Viktor Vakhshayn é a melhor ilustração desse ponto.¹

As doenças da sociedade – corrupção, conflitos étnicos e outros – são os principais objetos de pesquisa atualmente. No entanto, a nível metodológico, mesmo em projetos de pesquisa acadêmicos, eles permanecem tragicamente abaixo do nível de profundidade dos principais sociólogos da era soviética. Uma das razões para isso é o fluxo inadequado de talentosos universitários graduados, que ficam relutantes em aceitar empregos com baixos salários na educação. Na visão do público, em geral, a profissão de sociólogo é associada com a do “pesquisador”, e por isso muitas pessoas taxam os sociólogos como jornalistas, entre os quais pode haver alguns um pouco irresponsáveis, capazes de “ajustar” dados de acordo com a situação ou formular perguntas com respostas pré-determinadas.

Em qualquer ambiente, um sociólogo deve ter uma responsabilidade cívica não menor que seu conhecimento profissional e sua experiência. Como digo para os estudantes, eu permaneço ainda um otimista. Embora muito poucos deles escolham essa profissão como um serviço à sociedade, em um futuro próximo, espero uma nova geração pisar no palco da história e dar à sociologia um formato profissional que é digno de nosso ofício. ■

¹ V. Vakhshayn, “[O lamentável estado da sociologia pós-soviética](#)” (*Diálogo Global* 2.3); Zh. Toschenko and N. Romanovsky, “[Sobre o estado real da sociologia na Rússia: confrontando a polêmica de Vakhshayn](#)” (*Diálogo Global* 2.5); V. Vakhshayn, “[We have it all. But do we have anything?](#)” (*Global Express* 20/08/2012).

> A favela viajante

Por Bianca Freire-Medeiros, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Brasil



Santa Marta pela dupla de artistas J. Koolhaas and D. Urhahn. Esse redesenho da favela, realizado pelos seus habitantes, representa um exemplo impressionante de intervenção estética orientando o "olhar do turista" em Santa Marta. Foto por Bianca Freire-Medeiros.

Turismo nas favelas no Rio de Janeiro, passeios guiados pela Cidade do Cabo e Soweto, excursões em Mumbai, Manila, Jakarta, Cairo, Nairóbi. Desde o início dos anos 90 – em um contexto de integração econômica acelerada, regimes de governança urbana neoliberais e culturas midiáticas globalizadas –, os territórios localizados nas megacidades do Hemisfério Sul foram transformados em produto

turístico com um valor monetário ajustado entre promotores e consumidores.

Vinte por cento da população do Rio de Janeiro é composta por moradores de favelas: cerca de 1,3 milhões de pessoas vivem em cerca de mil comunidades, com grandes diferenças nos níveis de urbanização e qualidade de vida. No imaginário internacional, juntamente com os carnavais, o fute-
>>>



Em Santa Marta a câmera do turista internacional encontra o Rei do Pop pintado pelo mundialmente famoso artista brasileiro Romero Britto. Foto por Bianca Freire-Medeiros.

bol e as mulheres sensuais, as favelas tornaram-se parte da imagem estereotipada do Brasil. No imaginário brasileiro, como já demonstrou uma vasta literatura, as favelas vêm se transformando em central discursiva e realidade material sobre as quais as grandes questões – desigualdade, violência, cidadania – são projetadas, debatidas e tratadas por atores sociais diversos. No processo, emerge “a favela viajante”: um espaço de imaginação e uma entidade móvel. Como produto global e marca registrada, ela vem sendo usada em campanhas publicitárias pelas mais amplas variedades possíveis de produtos, de carros da Citroën e Nissan a equipamentos da Ikea, temperando restaurantes, lojas e clubes em todo o mundo. Como destino turístico, por um lado, ela é parte de narrativas e práticas globais que re-significam a pobreza como um objeto de consumo; por outro, é parte da expansão do assim chamado “turismo

de realidade”, que promete, sob supervisão de profissionais, contatos diretos e seguros com territórios marginais, idealizados como o oposto perfeito do mundo de onde vem o turista.

No Brasil, as autoridades inicialmente ignoraram – e, muitas vezes, reprovaram abertamente – a existência de fluxos crescentes de turismo em direção às áreas que eles sempre procuraram esconder. Enquanto isso, as elites brasileiras afirmavam que o turismo na favela era uma atividade desprezível que desvalorizava a imagem da nação e retinha os pobres em um tipo de exibição de zoológico. Agora, no entanto, diversos atores e instituições sociais estão reinventando a favela viajante, seguindo os princípios do *marketing* da cidade e do empreendedorismo urbano em antecipação à Copa do Mundo da FIFA (2014) e aos Jogos Olímpicos (2016). E dois eventos emblemáticos, separados por



quase quinze anos, nos ajudam a dar sentido a essa mudança significativa e a perceber como ela está sendo consolidada hoje.

> Janeiro de 1996

Michael Jackson viaja ao Brasil para filmar o videoclipe de sua música, *They Don't Care About Us*, dirigido por Spike Lee. A favela de Santa Marta, na rica Zona Sul do Rio de Janeiro, é um dos locais escolhidos para o vídeo, que teve como objetivo expor a indiferença das autoridades e das elites para com a pobreza urbana.

Enquanto a população de Santa Marta, em sua grande maioria, comemorou o evento, autoridades governamentais reagiram com indignação. O então governador do Estado do Rio de Janeiro, Marcello Alencar, desafiou Jackson a provar suas boas intenções ajudando a favela financeiramente. O ex-astro de futebol e, na época, ministro do esporte, Pelé, afirmou que isso arruinaria as chances do Brasil em sediar as Olimpíadas de 2004.

A temperatura política aumentou quando os principais jornais do Rio de Janeiro alegaram que os preços das locações e a contratação de 50 moradores para garantir a segurança durante as filmagens teriam sido negociados entre Spike Lee e Marcinho VP, chefe do tráfico em Santa Marta. O promotor exigiu que o filme fosse interrompido, argumentando que sérios danos haviam sido infligidos à indústria do turismo. Lee chamou o Brasil de uma “república das bananas”, agravando o sentimento de orgulho ferido entre os agentes públicos.

> Agosto de 2010

A favela de Santa Marta recebe o então presidente, Lula, o governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, e o prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, para o espetacular lançamento do programa Rio Top Tour. Com o apoio do Ministério do Turismo, o Rio Top Tour é uma das várias ações que estão sob o guarda-chuva das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs)¹.

O presidente Lula apresentou o programa Rio Top Tour como uma forma de aproveitar ao máximo o potencial turístico das favelas por intermédio da inclusão dos próprios habitantes no projeto. Além disso, eles teriam apoio governamental para realizarem seu potencial turístico. Muito ironicamente, o evento teve lugar onde Michael Jackson lançou seu videoclipe e onde há, agora, uma estátua de bronze do Rei do Pop, que, juntamente com barracos precários e uma bela vista para o mar, se tornou uma importante atração turística de Santa Marta.

> Maio de 2013

Enquanto escrevo este artigo, um processo de qualificação de mercado para o turismo na favela está ocorrendo, não só em Santa Marta, mas em várias outras favelas “pacificadas”. Esse processo é sustentado pelo Estado e pela sociedade civil em geral, incluindo algumas lideranças significativas de dentro das favelas. As formas de governamentalidade, no sentido foucaultiano do termo, operam não por meio da coerção externa, mas, precisamente, por intermédio da atribuição de liberdade e autonomia para os mo-

radadores das favelas, que agora são vistos como potenciais empreendedores turísticos.

Parafraseando Boltanski, a “grandeza” de uma favela específica, como uma atração turística, agora é medida em função da eficiência dos serviços que ela pode oferecer aos turistas, pelo desempenho dos moradores como anfitriões e pela sua capacidade de oferecer o que é esperado de uma favela genérica, isto é, a pobreza, certo nível de desordem, violência controlada e alegria. Na mesma lógica, os turistas também são avaliados em termos de seus valores de mercado: são vistos como clientes que, através de sua presença e das várias aquisições que fazem – bilhetes, lembranças, bebidas e alimentos, etc –, contribuem para o desenvolvimento social e econômico de uma favela específica.

É importante reconhecer que não estamos testemunhando aqui uma retirada da ação governamental. Enquanto a “favela turística” “é viajada”, e “viaja”, por todo mundo com consentimento do governo, padrões de mobilidade dentro do território das favelas, pacificadas e não pacificadas, ainda são altamente controlados e inibidos por aparatos legais e/ou ilegais de poder. O que vemos, portanto, é uma reformulação de estratégias, táticas e procedimentos de regulação de territórios que são cada vez mais engolidos pelo mercado. ■

¹ Até abril de 2013, 32 favelas foram “pacificadas” no Rio de Janeiro seguindo basicamente a mesma estratégia: o governo anuncia publicamente uma ocupação antes que o BOPE (Batalhão de Operações Policiais Especiais) entre em uma favela específica, dando aos criminosos tempo suficiente para fugir e evitando qualquer confrontação violenta entre eles e a polícia.

> Por trás da trágédia do vestuário em Bangladesh

Por Mallika Shakya, Universidade do Sul da Ásia, Déli, Índia



Duas vítimas entre os escombros de uma fábrica de roupas que desabou em Savar, perto Dhaka, Bangladesh. Foto por Taslima Akhter.

O colapso do edifício de uma fábrica em Savar, Bangladesh, em abril de 2013, matou mais de 1.100 trabalhadores têxteis. Apesar do clamor público, pouco tem sido dito até agora sobre os sistemas ocultos de exploração que permitiram uma tragédia dessa dimensão.

Aqueles que estão familiarizados com a história turbulenta da indústria têxtil sabem que essa indústria tem sido propensa a acidentes, e que a tragédia de Bangladesh era algo que poderia ter acontecido em qualquer lugar na Ásia ou na África. Mesmo assim, os trabalhadores e seus sindicatos foram lentos para reagir quando o edifício Rana Plaza desabou em Bangladesh. Em vez disso, a reação mais barulhenta veio dos atacadistas de vestuário e consumidores na Europa e América, que criaram certa distorção na interpretação desse desastre.

> Relatos “orientalistas

“Outra tragédia evitável em Bangladesh”, relatou o *The New York Times*, uma declaração que ecoou pela BBC, *Globe and Mail*, Reuters, e outros, que se recusaram a ver a crise como qualquer coisa além de outro contratempo do terceiro mundo relacionado a empresários gananciosos, políticos corruptos, burocracia incompetente, e uma grande massa de pobres que, sem outras opções, colocam a si mesmos na linha da morte. A perspectiva orientalista também era racionalista, o que convenceu os compradores burgueses de que a solução estava na prisão dos proprietários da fábrica ou em multar seus compradores multinacionais.

Os meios de comunicação, inicialmente, colocaram a culpa em Sohel Rana, o proprietário do edifício malfadado, que teria dito que o prédio era seguro para entrar e trabalhar. Quatro dias mais tarde, após o número de mortos chegar a 400, um pequeno grupo de compradores foi obrigado a pagar uma indenização moderada

às vítimas. Uma semana depois, após 700 mortes terem sido confirmadas, a União Europeia ameaçou revogar a permissão de Bangladesh para exportar peças de vestuário sem pagar impostos para o mercado da UE. Um mês mais tarde, e depois que o número de mortos ultrapassou 1.100, o governo de Bangladesh alterou a legislação trabalhista nacional para a indústria de vestuário, permitindo a formação de sindicatos. Logo depois, as Nações Unidas questionaram a legitimidade dos indicadores *Doing Business*, do Banco Mundial, que haviam recentemente defendido a flexibilidade do trabalho como uma pré-condição para a competitividade industrial.

A organização do trabalho está no centro do desastre do vestuário. A maioria dos trabalhadores em Rana Plaza morreu porque tinham sido forçados a continuar trabalhando mesmo após as paredes do edifício terem rachado e todas as outras empresas terem evacuado. Os trabalhadores têxteis não tinham sindicatos para contestar o dono da fábrica. O fato de uma indústria, a qual emprega 3,5 milhões de pessoas em uma nação moderna e democrática, permanecer desorganizada, aponta os dedos não apenas para capitalistas globais e locais que controlam essa indústria, mas também para os profissionais de desenvolvimento que a regulamentam. As organizações de apoio internacionais tiveram uma presença hegemônica na industrialização do terceiro mundo, e elas têm sido cúmplices em tornar os trabalhadores invisíveis. Isso pode ser visto em projetos como os indicadores *Doing Business* do Banco Mundial e o regime de códigos internacionais de conduta da OIT, os quais ambos pregavam que a produtividade e a segurança do trabalho seriam melhores se permanecem nas mãos dos capitalistas e de seus inspetores trabalhistas. Devido à hegemonia dessa doutrina, o sindicalismo na indústria têxtil tem sido notificado, não só em Bangladesh, mas em outras partes da Ásia e da África. A justificativa para a despolitização do trabalho vem do entendimento reducionista da indus-



Depois que os padrões de comércio Acordo Multifibras foram reorganizadas sob intensa concorrência com os padrões cada vez mais precárias de produção de vestuário.

trialização como uma função exclusiva da oferta e da demanda no mercado, e seu desajuste da economia política complexa que prepara o terreno para o empreendedorismo humano.

> O Acordo Multifibre (MFA)

É errôneo pensar que os “mercados” são os únicos responsáveis pela besta do vestuário que agora estende suas garras pelos cantos mais distantes da terra. É verdade que a natureza de trabalho intensivo dessa indústria, muitas vezes, atraiu trabalhadores imigrantes e mais tarde deu origem aos porões de lojas. As fábricas americanas do século XIX foram fortemente tripuladas por trabalhadores(as) imigrantes judeus do Leste da Europa, enquanto que em meados do século XX, grande parte do trabalho têxtil rapidamente mudou para a Ásia Oriental. Contudo, o último episódio de dispersão mundial da indústria têxtil tem a ver com o complexo mecanismo de comércio diligentemente posto em prática pelo governo dos Estados Unidos, ao estruturar o caminho pelo qual as roupas são mundialmente fabricadas hoje.

O Acordo Multifibre (MFA) de 1974 decretou em grande detalhe - item por item e design por design - quantas peças de vestuário um indivíduo de um país do terceiro mundo poderia exportar para os Estados Unidos. Cada peça de vestuário exportada

de qualquer lugar do mundo, entre 1974 e 2004, teve que ganhar um “visto” individualizado antes de entrar no território americano. Com o interesse estratégico dos Estados Unidos em jogo, os países potencialmente rivais, como a China, receberam “cotas” inferiores, enquanto países menores, como Bangladesh e Lesoto, receberam cotas mais altas. Isso não deveria ser uma surpresa, uma vez que a indústria do vestuário, praticamente inexistente em Bangladesh até o início da década de 1970, cresceu exponencialmente, dentro de algumas décadas, empregando cerca 3,5 milhões de trabalhadores.

O MFA foi inicialmente concebido como uma ferramenta temporária, mas recebeu quatro extensões - em 1977, 1981, 1986 e 1994 - o que aprofundou o seu enraizamento e aumentou as esperanças de sua permanência. No entanto, uma vez que a Organização Mundial do Comércio (OMC) foi fundada em 1995, ela decidiu que o MFA seria afinal desmontado em dezembro de 2004. O fim do MFA transformou fundamentalmente a indústria do vestuário mundial - enquanto países como Nepal e Indonésia viram suas indústrias praticamente colapsarem, China e Bangladesh surgiram como os vencedores da competição pós-MFA. Esse processo ajudou a apoiar o desenvolvimento do neoliberalismo, o qual defendia que salários miseráveis, condições de trabalho desprotegi-

das e segurança do trabalho regulamentada pelo comprador, são males necessários para a competitividade da indústria.

Os horizontes de curto prazo do MFA, juntamente com a pregação neoliberal dos “males necessários”, explicam porque a maioria dos edifícios das fábricas em Bangladesh foram construídos de forma anárquica, sem adquirir a autorização necessária dos órgãos estatais. O prefeito que emitiu alvarás de construção para o Complexo de Rana e centenas de outros edifícios, o fez porque a agência de segurança em construção de Dhaka, o órgão do Estado autorizado a realizar essa tarefa, simplesmente não poderia manter-se com o crescimento explosivo da indústria de vestuário em Bangladesh naquele momento. Nessas circunstâncias, fazer um produtor solitário e um grupo seletivo de seus compradores culpados desse acidente devastador de escala sem precedentes, e deixar os poderes maiores fora do gancho, é como bater em um racista enquanto desvia um olho cego para o regime de *apartheid*. A crise que provocou uma convulsão social sem precedentes, levando a uma erosão da harmonia política e social em Bangladesh é tanto sobre as falhas do aparelho de comércio global e a apatia de seus parceiros de desenvolvimento, quanto sobre o Complexo de Rana e Joe Fresh. ■

> O seu artigo acabou de ser terceirizado

Por Jeffrey J. Sallaz, Universidade do Arizona, EUA



O trabalho de terceirização nas Filipinas.

Como a maioria dos cientistas, por um longo tempo, tive uma concepção difusa do que acontece com os meus artigos depois de terem sido aceitos para publicação, em uma dessas revistas de sociologia. Se pressionado, poderia ter suposto que o

editor da revista entrega meu trabalho para um editor de texto experiente, o qual trabalha no escritório ao lado. Durante décadas, as limitações materiais do meio - como o fato de que os manuscritos de papel têm massa e, portanto, não podem ser livre ou rapidamente transportados através de



grandes distâncias - incentivou exatamente isto: a concentração espacial do processo de publicação acadêmica. Escritórios de revistas, equipe editorial e prensas de impressão eram geralmente encontrados na mesma região, cidade ou edifício, e ligados uns aos outros através de vários vínculos organizacionais e interpessoais.

Mas este modelo está cada vez mais caindo no esquecimento. Apesar de passar os últimos anos pesquisando a indústria de "terceirização do processo de conhecimento" (KPO) no sudeste da Ásia, realizei um trabalho de campo dentro de várias empresas especializadas na prestação de serviços para editores localizados no hemisfério norte. Essas empresas empregam vastos exércitos de jovens e lhes pagam o salário mínimo para trabalhar longas horas como editores de texto, diagramadores, especialistas em conversão digital, e assim por diante, o que os tornam semelhantes às grandes montadoras de empresas estrangeiras, encontradas em todo o hemisfério sul.

> Os Gigantes do Mercado Editorial

Se empresas KPO são as *Foxconn*s das emergentes cadeias de fornecimento de conhecimento, quem são as *Apples*? Para responder a essa pergunta, podemos nos referir a uma transformação em curso no campo da publicação científica. Ao invés de uma rede difusa de canais de publicação, alojados em departamentos acadêmicos, hoje, encontramos um punhado do que um editorial recente da *Chronicle of Higher Education* se referiu como os "gigantes do mercado editorial".

Essas são as grandes empresas de capital aberto, que foram agressivamente adquirindo os direitos de propriedade de revistas acadêmicas. Embora revistas de sociologia (junto com as de outros campos "soft", como as ciências humanas), até agora, não foram alvo de muitas dessas aquisições, o mesmo não pode ser dito para aquelas das ciências "duras".

Revistas nesses campos estão cada vez mais nas mãos de conglomerados editoriais globais, os quais atuam como veículos com fins lucrativos.

O exemplo mais notório de um "gigante" é a Elsevier B.V. Essa editora, sediada em Amsterdã, é de propriedade do grande grupo Reed-Elsevier, que está listado na Bolsa de Valores de Londres e em várias outras bolsas. De acordo com a *The Economist*, Elsevier B.V. possui mais de 2.000 revistas acadêmicas e controla 25% de todo o conteúdo publicado nos domínios científicos e médicos. Em 2012, relatou margens de lucro de 40%.

Atualmente, muitos cientistas estão boicotando os periódicos de propriedade da Elsevier por causa das taxas exorbitantes que a empresa cobra, de indivíduos e instituições, para acessarem seus artigos. Mas o modelo de negócio utilizado pela Elsevier e suas irmãs se estende para além da divulgação dos resultados científicos. Ele se infiltrou em todo o processo de produção de trabalhos acadêmicos.

> Organizando a Cadeia de Fornecimento

As editoras estão alavancando muitas novas tecnologias que os próprios cientistas usam em suas pesquisas e para colaborar com os seus colegas. Email, protocolo de transferência de arquivos (FTP), software de processamento de texto, nuvem de base dados, e assim por diante, estão todos tornando obsoleto o imperativo de longa data de dispor os vários aspectos do processo de publicação. Assim como um autor pode enviar um documento do Word para o editor de uma revista, instantaneamente, e de forma gratuita, também pode a revista, em seguida, encaminhar esse documento para fornecedores localizados em qualquer lugar do mundo.

Os novos conglomerados editoriais científicos, como Elsevier, aproveitaram essa oportunidade, cultivando uma rede de fornecedores a quem eles terceirizam um leque cada vez

maior de serviços de publicação. Esses vendedores competem entre si para ganhar acordos de serviço por um ou dois anos, e o fazem com a promessa de qualidade aceitável ao menor dos preços. Isso implica aplicar no processo de publicação o conjunto completo de técnicas de gestão da cadeia de fornecimentos que está atualmente em voga dentro de fábricas e centros de atendimento. Os trabalhos são desqualificados, a automação é implacavelmente perseguida, e os trabalhadores são levados a aumentar continuamente seus resultados para não serem advertidos ou substituídos.

Para dar uma ideia da complexidade do processo de produção dentro desses fornecedores KPO, posso informar que seu próximo artigo deve ser aceito por uma revista que utiliza esse modelo de terceirização, que atravessará os computadores de cerca de 40 e 50 trabalhadores do hemisfério sul, os quais estão na linha de frente. Cada trabalhador recebe cerca de 0,50 dólares por hora para realizar diferentes atividades para a empresa

Por exemplo, na empresa onde eu realizei meu trabalho de campo, por mais de um ano, o processo de produção se desenrolou da seguinte forma. Os autores cujos artigos foram aceitos para publicação enviaram seu trabalho final como um documento do Word para a revista. A revista, então, enviaria o documento via FTP para um armazém de dados nas Filipinas, onde vários "pré-editores" e "processadores de documentos" fariam coisas para ela, como consertar suas margens, garantir a formatação adequada das referências e inserir tags XML. O documento seria então enviado para uma das instalações da empresa, na Índia, onde colegas recém-formados que se submeteram a um curso de edição de texto iriam passar os olhos no artigo para corrigir eventuais erros óbvios de digitação ou de gramática. Neste momento, o artigo seria enviado de volta para as Filipinas, onde diagramadores iriam convertê-lo em um modelo específico de PDF da revista, antes de enviá-lo para a Índia, onde equipes de



analistas de qualidade iriam inspecionar os erros no PDF.

Até esse ponto, todos aqueles que trabalharam no artigo possuiriam uma fluência básica do inglês. Mas aí, o PDF final é enviado para o Vietnã, onde a empresa emprega legiões de pessoas que não falam inglês e que ganham uma fração de seus colegas filipinos e indianos. Eles passam por cada arquivo e fazem tarefas rudimentares como verificar o espaçamento e as margens de cada página e remover quaisquer manchas nos PDFs. Mas a jornada ainda não acabou, já que os arquivos são enviados de volta para as Filipinas, onde toda uma nova linha de produção reúne vários papéis nas versões finais das edições de revistas impressas e eletrônicas. Do início ao fim, todo o processo leva um pouco mais de uma semana ou duas.

> Foxconnização da Ciência

Como devemos, enquanto cientistas sociais comprometidos com os princípios básicos da justiça social, reagir a essa terceirização de um componente-chave do empreendimento científico? Não há uma resposta fácil. Apelando para boicotes de revistas terceirizadas apenas para proteger os empregos dos trabalhadores existentes seria ficar preso a amarras potencialmente

xenofóbicas de protecionismo. Se um editor de texto indiano ou filipino pode fazer o trabalho tão bem quanto um americano ou canadense, por que eles deveriam ser impedidos de fazê-lo?

Se, por outro lado, a qualidade dos artigos fosse sendo sistematicamente comprometida por esse sistema, então seria justificável agir de tal maneira. Mas, colocando de lado o episódio ocasional, parece que o modelo de terceirização é principalmente para entregar mercadorias. Assim como, na última conferência da ISA, notei não faltarem Macbooks e iPhones, apesar do fato do participante típico certamente desaproveitar a gestão implacável da Apple em suas cadeias de fornecimento asiáticas. Pode ser que estamos dispostos a tolerar a Foxconnização¹ da ciência contanto que consigamos obter nossos artigos publicados em cada vez menos tempo, através de uma série cada vez mais variada de meios (desde revistas de papel a edições on-line para e-books), porém com uma diminuição irrisória de qualidade.

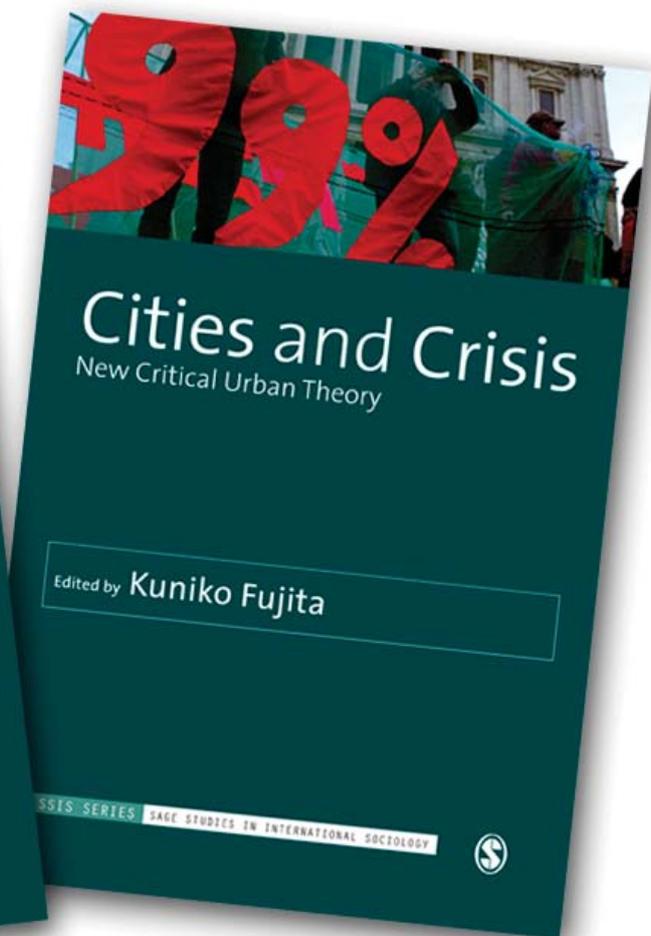
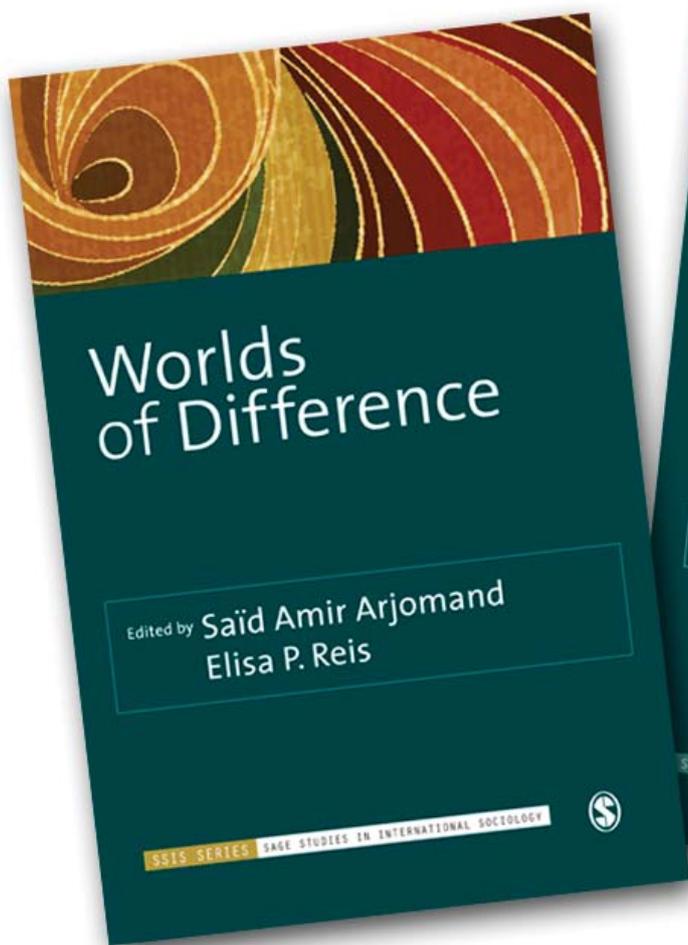
Pelo menos, poderíamos exigir maior transparência quanto ao que acontece com os nossos artigos e manuscritos após terem sido aceitos para publicação. As editoras não medem esfor-

ços para esconder, dos autores, as cadeias de fornecimento elaboradas que elas cultivaram ao longo da última década, por exemplo, ao não permitir que os editores de texto revelem suas nacionalidades ou localização quando se correspondem com os autores. Mas isso confronta uma prática comum em muitos setores da indústria de manufatura e serviços. As empresas de automóveis dos EUA relatam qual porcentagem das peças de cada veículo foi produzida nos EUA e no exterior, enquanto a própria Apple estampa uma retratação em cada produto "Projetado em Cupertino, montado na China". A nova geração de editores corporativos/acadêmicos não deve ser autorizada a ter seu bolo e comê-lo também. Se eles estão indo para, simultaneamente, alavancar cadeias globais de fornecimento para baratear o processo de produção e cobrar taxas cada vez maiores para seus produtos, então, nós, cientistas, produtores e consumidores desta indústria/campo peculiar, merecemos ser mais bem informados quanto à vida e condições de trabalho das pessoas que trabalham para transformar as nossas ideias iniciais em artigos trabalhados. ■

¹ Foxconn é uma empresa taiwanesa, que monta muitos dos produtos da Apple e que alcançou a notoriedade após uma onda de suicídios em suas fábricas chinesas em 2010.

> Livros mais baratos para os membros da ISA

Por Sujata Patel, da Universidade de Hyderabad, na Índia, e Editora da Sage Studies in International Sociology



20

Os dois primeiros livros da série SSIS a serem produzidos na Índia a preços baixos

Os membros da ISA ficarão muito felizes em saber que a partir de agora todos os livros publicados como títulos da Sage Studies in International Sociology (SSIS) estarão disponíveis para eles por 9,99 libras esterlinas, quase um



décimo do seu antigo preço. E isso inclui a postagem. Nós iniciamos essa nova estrutura de preços com dois novos livros: *Worlds of Difference*, editado por Said Arjomand e Elisa Reis e *Cities and Crisis, New Critical Urban Theory*, editado por Kuniko Fujita. Os membros da ISA na Índia terão acesso a esses livros via Sage India por Rs 750 cada. (Data de lançamento: agosto de 2013). Visite: http://www.isa-sociology.org/publ/isa_handbooks.htm.

Nós também estamos começando um novo catálogo: *Textos Chave da Sociologia Mundial*. O projeto dos Textos Chave da ISA promove a publicação de textos seminais da sociologia no mundo fora da região do Atlântico. Esses textos congregarão a sociologia mais influente das diversas regiões do mundo. Nesse momento, estamos propondo publicar Textos Chave 1) do Leste da Ásia (China, Japão, Coreia e Taiwan), 2) da América Latina, 3) da Europa Central e Oriental (Bulgária, República Checa, Hungria, Polônia, Romênia e Eslováquia), 4) da África, e 5) da região árabe.

A SSIS é uma das séries de publicações mais antigas da ISA. Originalmente intitulada *Transactions of the World Congress of Sociology* e publicada desde o primeiro congresso da Associação, em 1949, recebeu um novo formato pela ISA como SSIS em 1974. Desde então, continuou a publicar os trabalhos dos Congressos Mundiais, Comitês de Pesquisa e conferências das Associações Nacionais, bem como outros títulos importantes. Publicados tanto como textos autorais quanto como textos editados e disponíveis como monografias, manuais e volumes de referência, esses livros (que são mais de 60) têm dado uma grande contribuição à disciplina, introduzindo e orientando as discussões e debates no campo e em suas diversas especializações.

Apesar desse reconhecimento e de sua reconhecida importância, as vendas de livros da SSIS têm sido baixas. Dado seus preços (entre 80 e 90 dólares), seu alcance, mesmo no

hemisfério norte, tem sido restrito a bibliotecas. No hemisfério sul, sequer os vemos em bibliotecas. Nos últimos três anos - com o apoio ativo da Comissão de Publicações da ISA, do Vice-Presidente e do Presidente da ISA - tenho tentado convencer a *Sage Publications* (Londres), que publica os livros da SSIS, a produzi-los na Índia, onde os preços dos livros são muito baixos (em torno de 10 libras). Infelizmente, nos deparamos com um problema incontornável: a classificação dos livros publicados como internacionais (os publicados no hemisfério norte) contra os regionais (os publicados em qualquer parte do hemisfério sul). Livros publicados na Índia ou qualquer outro país em desenvolvimento são publicados e comercializados para essa região e precificados de acordo com isso, enquanto livros publicados em qualquer parte do hemisfério norte são publicados e comercializados para o consumidor global e vendidos a preços internacionais. Todas as editoras internacionais (como Sage, Oxford ou Routledge), com escritórios em países subdesenvolvidos, têm acordos comerciais com suas filiais nos países subdesenvolvidos que reforçam essa estrutura de preço diferenciado.

No entanto, o que era incontornável se tornou controlável. Nós fomos capazes de convencer a Sage a transferir a produção de livros da SSIS para seu braço na Índia e garantir que os membros da ISA possam se beneficiar de um grande desconto em todas as futuras publicações. Também seremos capazes de vender os livros na Índia (para não membros da ISA) a preços indianos (embora o mesmo não aconteça em outras regiões do hemisfério sul, onde serão vendidos a preços internacionais). Estamos extremamente gratos à Sage por apoiar essa iniciativa e garantir que demos os primeiros passos para quebrar as desigualdades nos negócios editoriais globais. Gostaria de estimular os membros da ISA a aproveitar essa oportunidade para fazer desta nova política um sucesso. Compre livros da SSIS e considerem essa série para suas futuras publicações. ■

> Presa entre dois socialismos

Por Mariya Ivancheva, Universidade Centro-Européia, Budapeste, Hungria



Misión Ribas é um dos muitos programas de justiça social, ou missões bolivarianas, como são chamados, implementado sob o governo de Hugo Chávez. Ele fornece as classes de nível médio corretivas para desistentes do ensino médio.

Enquanto eu estudava em Londres, em 2004, participei de um encontro de solidariedade à Venezuela, que focou as reformas educacionais bolivarianas. O palestrante convidado, o educador venezuelano Oscar Negrin, começou dizendo: “Na Venezuela, em vez de fazer as crianças memorizar termos abstratos, nós as ensinamos palavras mais importantes – como ‘mãe’, ‘paz’, ‘Chávez’”. Meus batimentos cardíacos aceleraram no momento em que me lembrei de um episódio dos tempos de escola na Bulgária socialista. Ensaaiando para um concerto escolar, nossa professora, a camarada Toneva, me pediu para segurar a mão da minha mãe e recitar um poema dizendo: “a melhor mãe do mundo / é o partido”. Eu não sabia quem era o Partido. Só sabia que a melhor mãe do mundo era a minha mãe, e disse isso para a professora. Depois de um momento de silêncio pesado, ela alterou o poema, e um ano mais tarde,

em 1989, pediu-nos para esquecer “camarada” e chamá-la de “senhorita”. De volta a Londres, eu saí do auditório: Negrin e seu público viram as costas daquela criança na sala de aula de 1988, a menina que, nos primeiros comícios da transição democrática, tinha pulado o tempo todo, porque – como diz o refrão popular – “quem não salta é vermelho”. Enquanto caminhava para fora da reunião de solidariedade venezuelana, dois sentimentos estavam lutando dentro de mim: a satisfação por haver seguido os preceitos anticomunistas da minha família e da academia búlgara, e a preocupação de haver julgado o fim do socialismo prematuramente e, talvez, também de forma excessivamente positiva.

Hoje, depois de um ano e meio de trabalho de campo sobre a reforma do ensino superior na Venezuela, eu percebo quão superficial era minha satisfação e quão justificada minha preocupação. Não cheguei a este tema buscando uma cura para meu anticomunismo. Estava intrigada por um contraste peculiar entre duas universidades: instituída por ex-intelectuais da oposição, no rescaldo da mudança de um regime socialista para outro de democracia liberal (Leste Europeu) e vice-versa (Venezuela). A Universidade Centro-Européia (CEU), onde eu estava fazendo meus estudos de doutorado, foi fundada em 1991 pelo milionário George Soros, alguns dissidentes do Leste Europeu e intelectuais ocidentais liberais. Escola privada de pós-graduação em língua inglesa, ela expôs as tradições intelectuais locais como fascistas/

etno-nacionalistas ou totalitárias/comunistas. Ela educou seus alunos-alvo – “as novas elites pós-socialistas” – nos valores “universais” da democracia liberal ocidental e da ciência anglo-americana.

BEm contraste, a Universidade Bolivariana da Venezuela (UBV) – tema da minha tese de doutorado – foi concebida pelo então presidente Hugo Chávez e uma linha de frente de intelectuais socialistas. Foi inaugurada em 2003, após a tentativa de um golpe de Estado contra o regime bolivariano de Chávez e a greve de trabalhadores altamente qualificados da indústria petrolífera. Arquitetados com a ajuda financeira do Pentágono americano, esses dois eventos mostraram que as políticas de redistribuição de renda do petróleo de Chávez eram consideradas intoleráveis para a elite venezuelana pró-Estados Unidos, que detinha o monopólio do conhecimento sobre o funcionamento da economia rentista. Para opor-se a tal dominação, como parte da política para o ensino superior *Misión Sucre*, a UBV ofereceu educação superior equitativa, descentralizada e massiva para mais de meio milhão de venezuelanos pobres. A política esteve embebida de valores do conhecimento localmente situado, interdisciplinaridade e ciência pública aplicada para o benefício de comunidades marginalizadas.

Fui para Caracas com a consciência aguda de que, sendo eu uma búlgara da CEU, eu suspeitaria das autoridades locais: o medo pareceu justificado quando ouvi, nas primeiras palestras na UBV, que a CEU era uma instituição “fascista”, “treinando espiões da CIA”. Levou menos de um mês, no entanto, para perceber que a Venezuela não era um “regime totalitário”, e que eu não estava sendo espionada. Eu tinha vindo para um país com eleições livres, onde os meios de comunicação comerciais estavam despejando abertamente abusos contra o governo democraticamente

eleito. Exposta à retórica anti-elitista e à prática educativa inclusiva de meus informantes – intelectuais socialistas, membros de movimentos estudantis venezuelanos durante a “democracia liberal” (1958-1998) –, eu logo percebi a fonte dos meus preconceitos. Eu era um produto da academia pós-socialista búlgara e da Europa Oriental: um estabelecimento elitista e presunçoso, que abraçou acriticamente os valores ocidentais. Em um feito permanente de autocolonização, intelectuais búlgaros, inclusive sociólogos, entenderam a academia como um paraíso seguro a partir do qual eles podiam experimentar e expressar coletivamente a vergonha que sentiam de seus compatriotas “não civilizados” em um país “atrasado”. Respectivamente, a educação superior fora baseada em um currículo que defendia, sem ocultar, estudantes “bons” contra estudantes “maus”, sem mencionar, e muito menos combater, as desigualdades de classe que causaram tais diferenças. A determinação em seguir normas ocidentais, índices de citação e rankings acompanhou a insistência na ciência “objetiva”, que estigmatizou compromissos como sendo “ideológicos” – a menos que servissem ao mercado livre.

Enquanto abraçava os princípios da UBV, eu também estava percebendo seus desafios e contradições inerentes. Embora o “fim da história” – a vitória final da democracia liberal sobre o socialismo – tivesse sido declarado em 1989 na Europa Oriental, na Venezuela a Guerra Fria estava longe de terminar. Frente à experiência histórica do Chile em 1973, ao embargo a Cuba e à ameaça de um novo golpe de Estado na Venezuela, o governo não podia usar da coerção para avançar nas reformas. O ensino universitário foi altamente afetado. A autonomia acadêmica, defendida pelos estudantes venezuelanos de esquerda em batalhas sangrentas ao longo de todo o século XX, estava sendo agora, ironicamente, utilizada

por seus antagonistas. Resistindo às reformas nas antigas universidades públicas e negando reconhecimento às novas “bolivarianas”, os acadêmicos conservadores ajudavam a recriar a antiga estratificação em um novo nível. Orçamentos e credenciamentos ainda eram decididos por órgãos oficiais, dominados por eles. A alta demanda de pobres por vagas no ensino pressionou o governo a empregar, na sua maioria, pessoas com grau de bacharelado para lecionar na UBV e em suas instalações descentralizadas. A necessidade tanto de “qualificar” os docentes da UBV para que seus programas fossem credenciados, quanto de usar a universidade como instrumento de profunda mudança social, criou um modelo duplo. Acadêmicos bolivarianos tiveram tanto que dominar o jargão exclusivo de disciplinas acadêmicas tradicionais, quanto gerenciar códigos culturais das comunidades pobres. Tiveram tanto que vivenciar as normas de distinção acadêmica, quanto vencê-las em seu próprio terreno.

Vindo do antigo mundo socialista, tive que fazer um esforço extra para abrir meus olhos para as realidades do socialismo do século XXI. Agora, devo enfrentar novos desafios. Tentando explicar as contradições do sistema venezuelano, muitas vezes, sou tida como direitista pelos acadêmicos ocidentais de esquerda e pelos “companheiros de viagem” que gostariam de ver a “maré rosa” latino-americana do socialismo apenas com as tonalidades rosadas. Já na Bulgária, o fato de eu não declarar a Venezuela como sendo “totalitária” faz com que jornais locais rejeitem meu trabalho por considerá-lo “partidário”. Felizmente, meus professores e colegas no CEU entendem melhor a Guerra Fria acadêmica em curso. Mesmo assim, uma coisa é certa: saindo daquele salão em Londres, eu ainda teria um longo caminho a percorrer. ■

> Contos das ruas de Sófia

Por Martin Petrov, Universidade de Sófia, Bulgária



24

| Miséria em Sofia – um mendigo de verdade.

Eles não têm propriedade e não participam da produção do capital, nem mesmo retornando garrafas vazias de cerveja. Eles habitam um espaço público onde bebem seu álcool estéril, comprado na farmácia e diluído em água de fontes públicas, em uma garrafa pescada de uma lata de lixo – bem ao lado dos elegantes bares ao ar livre que tomaram espaços do parque em frente ao teatro nacional.

Ainda assim, eles não desconhecem a ordem simbólica produzida pelo capital. Pelo contrário – eles são muito sensíveis a isto e desenvolveram estratégias para se insecureverem dentro disto muito bem. Eles são os vagabundos, a intelligentsia dos mendigos de Sófia.

Eu conheci E. quando era um estudante de bacharelado em filosofia. Ele trabalhou como modelo na Academia de Arte e circulava pela



Universidade de Sófia quando não estava posando. Um amigo, do meu curso, encontrava heroína para ele (ou vice-versa). O nome de E. é muito incomum na Bulgária. Seu pai era um judeu italiano e sua mãe uma judia francesa. Seu pai era o braço direito do ex-primeiro ministro Lukanov de quem se diz que “nomeou” os novos milionários búlgaros, em 1990, distribuindo dinheiro do partido comunista para pessoas do serviço de inteligência do estado socialista. Depois do assassinato de Lukanov, em 1996, o pai de E. teve que desaparecer do país para nunca mais ser visto. A mãe de E. trabalhou como contadora para a agência de inteligência mencionada. Depois de 1990, ela se interessou pelo sobrenatural¹ e escreveu um livro intitulado *Homem, Espírito, Cosmos: Troca de Energia Informacional*. Ela depois entrou num monastério no Nepal e nunca mais foi vista.

Eu não estou dizendo que todas estas histórias são verdadeiras, e não estou dizendo que não são: elas são a exótica coleção do que realmente aconteceu na Bulgária durante as últimas décadas. Assim é a estória da própria vida de E. Sendo uma criança da *nomenklatura*, antes de 1989 ele estudou em uma escola de arte em Weimar. Então, em 1990, ele estava em Magura –uma esquina em Sófia, famosa por pessoas trocando ilegalmente dólares e marcos, e onde muitos dos novos ricos, como dizem, fizeram seus capitais iniciais. Lá ele podia oferecer apostas sobre em que copo a bola estava ou podia adivinhar qual carta de baralho em que as pessoas estavam pensando. Ele depois se graduou atuando na Academia de Drama de Sófia, perdeu um emprego no teatro por causa de seus proble-

mas com álcool e drogas e caiu de um trapézio atuando como acrobata em um circo.

Eu o encontrei novamente alguns anos atrás. Ele não tinha emprego, mas tinha parado com a heroína e estava ocupando um sótão. Ele juntou o dinheiro que precisava para o álcool e cigarros recitando poemas para as pessoas em um parque. Ele ainda contou histórias de como ele havia batido a Mercedes de seu pai. Logo depois ele foi expulso do sótão também. Eu também conheci seus amigos e outros párias sociais que bebem sua cerveja ou álcool estéril de farmácia nas proximidades do pequeno parque em frente ao teatro nacional. A primeira coisa que me impressionou sobre eles foi que não era somente E. que tinha histórias para contar –cada um deles se apresentava por meio de alguma característica exótica e cada um tinha uma história sobre isso. Um deles era russo, interessado em estudar línguas e culturas eslavas, outro era armênio, um terceiro era cowboy, vestindo botas country surradas e um chapéu de crocodilo dândi com uma pena. Aparentemente, esta identificação com terras exóticas de tão longe e tão diferentes de sua realidade cotidiana de procurar trocados e abrigo sempre nas mesmas ruas e parques no centro de Sófia servia para compensar a perda de uma identidade socialmente reconhecida e qualquer tipo de expectativa de vida.

Mas também todos deste grupo lembravam de tempos melhores nos últimos anos. Um tinha sido expulso, juntamente com seus dois meninos, por sua mulher, outro nunca conseguiu manter um emprego depois

de se graduar na universidade. Muitos deles tinham ensino superior. E graças a algum parente, amigo ou simplesmente graças ao capital cultural que restou de sua vida anterior, não estavam em tão desesperado estado como as tristes sombras que vinham em torno do parque coletando garrafas de vidro deixadas para trás por fashionistas jovens de Sófia que gostam de ficar ali também. Assim, a estratégia de auto-exotização também os separa daqueles ainda mais miseráveis que não tem histórias como aquelas e que falavam apenas consigo mesmos. Como E. Gosta de dizer “*Eu não sou um clochard. Eu sou um cloch-art*”.²

Eles todos pareciam ser amigos, mas, uma vez que eu estava sozinho com algum deles, este iria começar a me contar que pessoas terríveis os outros eram: X tinha fugido com o troco dado a eles por um transeunte para uma cerveja, Y estava ainda usando drogas, Z tinha dormido com uma garota horrivelmente feia. Privados de meios básicos de sobrevivência, reconhecimento e expectativas de vida, os cloch-arts de Sófia sentem uma necessidade extremamente dolorosa de autodistinção e estão desprovidos de outros meios (como consumo) onde conseguir isso, exceto sua pura criatividade e às vezes um pouco de maldade. ■

¹ Um tema que estava bastante na moda nos primeiros anos após a queda do regime socialista. Ver Martin Petrov, “The Discourse of the Supernatural in Bulgaria of the early 1990s.” *Sociological Problems* 2010 1-2: 268-283 (em Búlgaro).

² Trocadilho do texto original do autor com a palavra *clochard*, que significa “mendigo”, e *art*, “arte” (Nota da Tradução).

> O debate pós-comunista na Bulgária sobre o Holocausto

Por Georgi Medarov, Universidade de Sofia, Bulgária



Esta imagem do Museu Histórico Judeu, Belgrado, mostra policiais búlgaros supervisionando a deportação dos judeus de Skopje na Bulgária ocupada (Macedônia) para os campos de extermínio alemães em março de 1943.

Como sabemos, desde Maurice Halbwachs, a memória social está intimamente ligada à formação de identidades coletivas. Depois de 1989, os debates públicos acalorados sobre o destino da população judaica búlgara durante a Segunda Guerra Mundial nos dizem muito sobre a forma como o passado pode moldar a política do presente. Na década de 90, o Holocausto se tornou um importante recurso simbólico na formação de subjetividades políticas, sobretudo pela sua capacidade de

distinguir ex-comunistas de novos anticomunistas. Ambas as partes compartilhavam utopias pós-políticas em comum para o futuro: a integração europeia, o neoliberalismo, a democratização etc. E como observou o sociólogo búlgaro Andrey Raitchev, as distinções foram projetadas para o passado. “Houve o fascismo antes do socialismo?” tornou-se um tema central. Os anticomunistas engajaram-se em um revisionismo histórico conservador. Seu slogan principal era “45 anos (de comunismo) é o suficiente!”, alegando que falar de fascismo era um exagero comunista para legitimar o regime socialista e justificar seus abusos de poder. Os ex-comunistas, por sua vez, muitas vezes chamaram seus oponentes de revanchistas e até mesmo de fascistas, porque encobriam as

atrocidades do fascismo. Esse é um debate antigo, mas assumiu características próprias quando se entrelaçou com o destino da população judaica da Bulgária – um destino que está sujeito a interpretações conflitantes.

> Duas narrativas sobre o tratamento dos judeus pela Bulgária

Durante a Segunda Guerra Mundial, a Bulgária aderiu às potências do Eixo e anexou quase tudo do que é hoje a Macedônia, norte da Grécia e partes da Sérvia contemporânea. A população judaica dos “velhos” territórios da Bulgária foi reprimida violentamente (com perda de direitos civis, legislação antissemita, desapropriação, campos de trabalho e assim por diante); mas houve resistência, tanto por parte de militantes antifascistas como por segmentos da elite, à Solução Final, que foi evitada no último momento. Nos “novos” territórios, por outro lado, não ocorreu o mesmo, e a população judaica “estrangeira” finalmente foi deportada para Treblinka.

Esses eventos forneceram argumentos tanto para os ex-comunistas como para os anticomunistas. A pesquisa sociológica em torno dos jornais partidários da década de 90, realizada pelo Instituto de Estudos Sociais Críticos, mostra que os ex-comunistas focaram



o extermínio da população judaica nos “novos” territórios para provar a “essência fascista” do regime pré-socialista. Os anticomunistas, ao contrário, focaram no fato de que a Solução Final nos “velhos” territórios foi evitada, em grande parte, em função de resistências dentro das elites. Eles minimizaram o papel dos militantes antifascistas – muito forte entre os comunistas –, muitas vezes, retratando-os como “criminosos”.

Ambas as narrativas compartilharam de uma incapacidade de reconhecer os argumentos de seus oponentes como legítimos. O sociólogo búlgaro Lilyana Deyanova apelidou o fenômeno de “negacionismo pós-comunista”. O negacionismo não está limitado ao passado, mas marca a incapacidade de reconhecer a própria existência da posição do “outro”. Isso é frequentemente acompanhado pelo apelo para criminalizar as memórias “incorretas” do “outro” – muito conveniente à preocupação europeia em geral e sua tendência de impor novas leis de memória. Subjetividades inseridas nesse tipo de memória social vêem seus oponentes de uma forma extremamente antagônica. O adversário político é desmascarado como radicalmente diferente – anormal, antipatriota, traidor e mentiroso, um intruso estranho ao corpo nacional. Nesse discurso “anti”, a nação é pensada como uma totalidade harmoniosa. Esses debates obsoletos reduzem a política a opções mutuamente excludentes. Foram os judeus salvos ou não? A Bulgária foi democrática ou fascista? Nenhuma outra opção estava lá.

Depois de 2001, as identificações políticas estáveis desmoronaram junto com o modelo de dois partidos que os representavam. Em relação ao destino da população judaica, foi a narrativa anticomunista que prevaleceu. Os julgamentos comunistas do pós-guerra foram oficialmente considerados ilegítimos, incluindo aqueles contra fascistas, colaboradores e executores. A deportação dos judeus dos territórios ocupados foi explicada como “nós não tivemos escolha” ou “esses territórios não eram verdadeiramente

nostros”. No entanto, paradoxalmente, isso aconteceu dentro de uma estrutura discursiva que tendia a elogiar a expansão territorial como “libertação” e “unificação da Grande Bulgária”. Nos últimos anos, temos testemunhado não só a consolidação dessa narrativa, como também sua projeção na Macedônia, que é acusada, pela política búlgara e pelos meios de comunicação *mainstream*, de “falsificar” a história. De modo que o museu do Holocausto recentemente construído em Skopje é retratado como “falso”, “vazio” e assim por diante. Não se trata apenas dos “comunistas”, mas também dos macedônios, que agora são vistos como inimigos que espalham mentiras sobre o envolvimento da Bulgária no Holocausto.

> Evitando as realidades do fascismo

As políticas de memória desde 1989 têm efetivamente deslocado a reflexão sobre as especificidades do antisemitismo nazista e do próprio fascismo. Uma teoria simplista do fascismo, que existiu durante o socialismo de Estado e é decorrente da clássica definição (que reduzia o fascismo a seu conteúdo de classe) de Dimitrov (líder comunista da Bulgária), foi substituída por outra. O Holocausto foi reduzido a um moralismo superficial com um toque chauvinista, destinado a dizer a “nós” se “nós” somos bons ou maus. O debate absolutamente necessário sobre o fascismo foi evitado, colocando a culpa em uma força estrangeira inexplicável que impôs sua “discriminação e intolerância”, mas que felizmente foi combatida por parte da “sociedade civil tradicionalmente tolerante”. As realidades do fascismo búlgaro foram minimizadas, enfatizando as (ausências de) características formais do fascismo. Não havia partido de massas que pudesse ser chamado de fascista – logo, nenhum fascismo existiu. Não há quase nenhuma referência à enorme literatura sobre o fascismo, além de comparações reducionistas dos “dois totalitarismos”. Por exemplo, não há nenhuma referência à análise da ideologia fascista de Zeev Stern-

hell e seu desejo soreliano de ir além da esquerda e da direita. Mas o que está ainda faltando é algo sobre o vitalismo do fascismo, sua des-universalização da cidadania, seu culto da juventude e seu ativismo, o conceito nazista de “bolchevismo-judaico”, seu anticomunismo fascista etc. Em suma, há uma tentativa de evitar qualquer noção de fascismo que possa sugerir paralelos desconfortáveis com as contemporâneas utopias pós-políticas. Infelizmente, essas lacunas não estão limitadas ao *mainstream* político – elas penetraram profundamente no mundo acadêmico, incluindo muitos sociólogos.

A política e o jornalismo *mainstream* glorificam o “heroísmo búlgaro” e a “sociedade civil” da época da guerra que “salvaram o povo judeu na Bulgária”, sobrepondo atualmente conceitos do passado. O *mainstream* é cego para o fato de que, enquanto havia muitos que resistiram, houve também uma “sociedade civil” pró-nazista muito forte, incluindo tanto movimentos quanto autoridades, que resolutamente pressionaram pela implementação rigorosa da Solução Final. Isso levanta questões: qual “sociedade civil” resistiu? Qual Bulgária parou a deportação? O que está escondido atrás da conversa essencialista e a-histórica é que houve (e ainda há) mais de uma Bulgária.

No entanto, recentemente, tem havido um ressurgimento de investigações e publicações críticas sobre essa matéria, principalmente por historiadores e sociólogos. No final de 2012, as maiores ONGs de direitos humanos organizaram uma conferência histórica intitulada “Conheça seu passado”, visando disseminar o trabalho acadêmico sério para o público em geral. Porém, esses esforços não conseguiram desencadear um debate mais amplo. Além do mais, essas novas reflexões atestam para o risco de que a crítica do *mainstream* e seu elogio à “nação de salvadores” pode se transformar em seu oposto – o desprezo a uma suposta massa de “carrascos dispostos”. ■

> Ciência social na constituição da Malásia

Por Shamsul A.B., Universidade Nacional da Malásia (UKM), Kuala Lumpur, Malásia



Raymond Firth (1901-2002), uma figura influente na formação colonial da antropologia Malaia.

Muito antes de serem oficialmente estabelecidas como disciplinas universitárias com seus departamentos acadêmicos próprios, a antropologia e a sociologia contribuíram para a construção do conhecimento colonial que informou a ideia de Malaia e, depois de 1963, de Malásia.

Durante a era colonial, o conhecimento colonial forneceu o quadro “definir e gerir” para governar, o que, por sua vez, justificou a implementação do princípio “dividir para governar” no dia a dia da gestão do estado. A Sociedade Real da Grã-Bretanha e Irlanda, fundada em 1823, foi o principal veículo para as ciências sociais enriquecerem o conhecimento colonial e as tecnologias de governo na Malaia, e em seguida, Malásia. Ela tinha uma filial nos Estabelecimentos dos Estreitos na Malásia e Bornéu, criado em 1878, e administrado pela Companhia Britânica das Índias Orientais em Calcutá. A Filial dos Estreitos da Sociedade Real Asiática teve sua *Revista da Filial dos Estreitos da Sociedade Real Asiática (JSBRAS)*. Em 1923, foi renomeada para *Revista da Filial da Malaia da Sociedade Real Asiática (JMBRAS)* e, em 1964, tornou-se *Revista da Filial da Malásia da Sociedade Real Asiática (JMBRAS)*. A sociedade também publicou suas próprias monografias da MBRAS.¹

Por cerca de 135 anos, a ideia de Malásia foi moldada através das publicações da Sociedade, cujo conteúdo incluía materiais sobre história, geografia, literatura, linguística, cultura, estudos de comunidade, botânica e zoologia. Os principais contribuintes eram principalmente funcionários coloniais civis que eram, em sua maioria, formados em antropologia (Diploma de Antropologia) em Oxford, Cambridge ou Londres, antes de serem enviados para a Malásia. John Gullick (1916-2012) foi um oficial que atuou na Malásia e que escreveu pelo menos uma dúzia de livros sobre a história e a sociedade da Malásia, categorizados como sociologia histórica. Muitos deles foram depois adotados como livros didáticos em universidades locais.

Não é nenhuma surpresa, portanto, que após a Segunda Guerra Mundial os primeiros pesquisadores enviados pela Secretaria Colonial para a Malaia foram dois acadêmicos mundialmente famosos, os antropólogos sociais Raymond Firth, que veio estudar o estado da pesquisa em ciência social na Malaia, e Edmund Leach, que veio estudar a condição sócio-econômica da sociedade na Malaia e Sarawak. Firth e Leach foram seguidos por seus alunos, que conduziram um extenso trabalho de campo no início dos anos de 1950, em Sarawak, focando nos chineses e grupos indígenas, em Cingapura, examinando os hábitos culturais dos malaios e chineses, e em Negeri Sem-

bilan, na única sociedade matrilinear da Malaia, e em Johor sobre o impacto do movimento milenarista de Kiyai Salleh nas relações sino-malaias. Eles produziram uma coleção de monografias de alta qualidade publicadas no Reino Unido e em outros lugares.

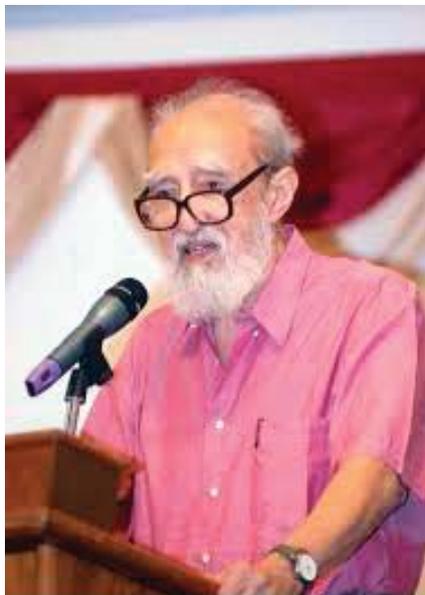
A geração seguinte de orientandos de Firth em Londres incluiu Abdul Kahar Bador (que estudou líderes tradicionais malaios), Mokhzani Rahim (o sistema de crédito malaio) e Syed Husin Ali (campesinato e liderança malaios). Eles todos retornaram para ensinar na Universidade da Malaia (UM), onde se uniram ao sociólogo formado em Amsterdã Syed Hussein Alatas, famoso por seu livro *The Myth of the Lazy Native* (1977), que contribuiu para as ideias de Edward Said sobre o Orientalismo. Estes acadêmicos formaram o núcleo de ensino e pesquisa de antropologia e sociologia.

Na sequência do levante étnico de 13 de maio de 1969, os quatro antropólogos sociais acima mencionados desempenharam um papel público importante no “processo de cura”, através de suas participações nas atividades do Conselho Consultativo Nacional, trazendo paz e estabilidade para o país. Um relatório da Fundação Ford, intitulado *Pesquisa em Ciências Sociais para a Unidade Nacional: um Relatório Confidencial para o Governo da Malásia* (1970), adotado pelo governo, levou à introdução da antropologia, sociologia, ciência política, psicologia e estudos de comunicação como áreas de ensino universitário, que lançariam

as bases para a Associação Malasiana de Ciências Sociais, criada em 1978.

O governo também criou um Departamento de Unidade Nacional, em julho de 1969, logo depois do levante étnico. Muitos de seus diretores e funcionários eram antropólogos e sociólogos que se graduaram nos novos departamentos e no antigo Departamento de Estudos Malaios da UM. De fato, até 1980, muitos dos altos funcionários públicos na Malásia se formaram nestes mesmos departamentos.

A primeira leva de antropólogos e sociólogos se formaram na UM e UKM



Syed Alatas Hussein (1928-2007), um dos grandes intelectuais públicos da Malásia, um político, bem como um dos fundadores da sociologia da Malásia, conhecido por sua crítica do pensamento colonial.

em 1974 e 1975, respectivamente. Eles foram bem recebidos, tanto nos setores públicos como privados, onde eles rapidamente encontraram emprego como os “generalistas” de que muito se precisava, que podiam entender questões contemporâneas e servir seus clientes. Sua capacidade de “vender cultura” na Malásia multi-étnica e culturalmente diversa era muito demandada, o que continua no século 21. Um professor malasiano de antropologia, Tan Chee Beng, que editou a *Bibliography of Ethnic Relations in Malaysia* (1999), fez contribuições particularmente importantes para o estudo das relações étnicas. Em 2005, o Conselho de Ministros da Malásia discutiu a introdução de um “Curso de Relações Étnicas” obrigatório para todos os estudantes matriculados nas vinte universidades públicas da Malásia. O módulo do curso foi preparado por uma equipe liderada por mim e em 2007 fui encarregado da criação de um Instituto de Estudos Étnicos (KITA) com plenos direitos na UKM.

Em resumo, antropólogos e sociólogos têm desempenhado um papel crucial na construção da Malásia, em particular, ajudando a manter a coesão social. Eles continuam a ser os tranquilos empreendedores indispensáveis à “Idéia de Malásia”, uma sociedade plural, etnicamente complexa, mas em um estado de estável tensão incomum em sociedades do tipo hoje.

¹ Filial da Malásia da Sociedade Real Asiática.

> A vida e os momentos de um sociólogo comprometido

Uma entrevista com Dato Rahman Embong



Dato Rahman Embong.

Rahman Embong, ilustre sociólogo malasiano e intelectual público de longa data, delinea o entrelaçamento de sua biografia com o desenvolvimento da sociologia na Malásia desde o período colonial, durante as lutas pós-coloniais e, em seguida, a repressão e a nova abertura depois de 1991.

MB: *Vamos começar pelo começo. Crescendo sob o colonialismo, como você conseguiu obter sua formação? Esta parece ser uma conquista extraordinária.*

RE: Vamos definir o contexto. Michael, você esteve recentemente na Malásia, um país próspero, rico em petróleo, de 28 milhões de pessoas, que aspira alcançar uma renda alta e um status de nação desenvolvida até 2020. Já mudou muito com relação ao atrasado país agrícola e produtor de *commodities* que era na época da independência, em 1957. Durante a sua visita, nós o trouxemos para conhecer a capital, Kuala Lumpur, para sentir sua pulsação e também para ver o novo centro administrativo, Putrajaya, construído em terras em que anteriormente se plantavam seringueiras e óleo de palma, originalmente uma floresta habitada pelos Orang Asli, um povo indígena. Alguns consideram o centro administrativo um verdadeiro esplendor, uma cidade opulenta de última geração, a inveja de muitos países em desenvolvimento. Era o sonho do primeiro-ministro Mahathir deixar isto como seu legado para a posteridade.

No entanto, agora vou voltar à minha formação. Eu nasci em uma família camponesa “média”, não rica, mas tampouco muito pobre. Minha terra natal é Terengganu, na época o estado mais atrasado da costa leste da península da Malásia



(conhecida na época como Malaia). Eu nasci em 1944, no final da ocupação japonesa, quando as condições eram muito difíceis para a maioria das famílias, em razão da escassez e racionamento de alimentos. Meu pai era um agricultor de arroz e ímã de uma mesquita local, que não mandaria seus filhos para a escola inglesa, pois queria que eles fossem para uma escola árabe ou religiosa. Ele também amaldiçoou os britânicos que fugiram e se renderam quando os japoneses invadiram a Malásia.

Meu pai e minha mãe eram muito trabalhadores, cultivando nossos campos de arroz para sustentar oito crianças que estavam crescendo, sendo eu o caçula. Outras famílias da aldeia também cultivavam suas terras. Estes camponeses não se encaixavam na insultante síndrome do “nativo preguiçoso” de que os Orientalistas falavam – um mito mascarado pelo falecido Syed Hussein Alatas em seu hoje clássico livro de 1977.

Meu pai faleceu em 1949, cinco anos depois de eu nascer. Disseram-me que ele morreu de malária, depois de delirar por dias. Nós ficamos muito tristes. Diferentemente de hoje, o hospital era muito longe, não havia nenhum ambulatório, médicos e, naquela época, nós nem sabíamos o que o havia cometido. Com o falecimento de meu pai, a vida ficou difícil para minha mãe, que teve que sustentar os filhos tornando-se uma mascate rural, vendendo vegetais, biscoitos feitos em casa, tabaco e outros produtos de um pequeno mercado local para outro.

Sendo o mais novo e ainda na escola, fui poupado da provação de realizar trabalhos ocasionais como meus irmãos mais velhos. Mas eu seguia minha mãe em muitas de suas rondas aos mercados rurais, ajudando-a a carregar seus pesados cestos com minhas pequenas mãos. Era uma economia de troca rural de tipo “pague e leve” de que minha mãe fazia parte naquela época.

Praticamente não havia eletricidade ou água encanada na aldeia. Nem havia mesas ou cadeiras na casa da família. À noite eu tinha que acender uma lapaína de querosene e fazer minha lição de casa deitado de barriga para baixo. Meus irmãos homens mais velhos foram para a escola primária malaia, seguido de um ou dois anos em uma escola árabe ou religiosa, mas, em seguida, eles abandonaram sua educação pelo trabalho. Mas eu estava inserido em uma trajetória diferente. Minha mãe e meus irmãos mais velhos não queriam que eu seguisse seus passos; eles queriam que eu fosse muito além da aldeia. Então, depois de eu terminar o primário malaio e educação religiosa básica, e passando no exame de admissão, entrei na única escola em inglês do governo na cidade. Eu fui incluído na “Classe Especial Malaia” – uma classe especial que me permitiu pular ao sexto ano primário em meu terceiro ano. Como eu era um excelente aluno, me ofereceram depois uma bolsa de estudos para entrar no Colégio Militar Real na costa oeste da Malaia, uma escola de elite multiétnica estabelecida pelos britânicos em 1953 para formar oficiais militares locais e também potenciais administradores do governo. Havia cinco de nós que foram para a faculdade, em 1960, de todo Terengganu. Eu fui o único da minha geração que conseguiu voar muito além do distrito local e depois do país.

O comandante à época da academia militar, seu diretor de estudos e muitos dos professores eram britânicos. Embora fossem bons, a atitude paternalista deles ajudou a nutrir sentimentos anticoloniais entre nós. Você tem que lembrar que este período foi somente alguns anos depois da independência, em 1957, e a política de malainização entrou em vigor apenas a partir do final dos anos sessenta e início dos setenta.

Depois de terminar o ensino médio no colégio, em 1964, fui enviado para a “mãe” Inglaterra com uma bolsa de estudos do Governo Federal, a fim de integrar a elite malasiana de funcionários públicos depois de concluir o ensino universitário. A muitos outros excelentes estudantes malaios foram oferecidas bolsas de estudos similares para o Reino Unido.

MB: Como ter ido para a Inglaterra e ter se graduado na Leicester e depois na SOAS¹ configurou seu desenvolvimento intelectual e político?

RE: Estudar no Reino Unido foi um ponto decisivo na minha vida. Isto abriu e aprofundou meus horizontes intelectuais e fortaleceu meus ideais. Eu fui para Leicester em 1965, para estudar sociologia e depois de obter meu bacharelado, em 1968, eu prossegui com meu mestrado em Estudos de Área na Escola de Estudos Orientais e Africanos (SOAS), que concluí em 1970. Meus professores eram alguns dos principais acadêmicos da Inglaterra e da Europa. No final dos anos sessenta, Londres – a Grã-Bretanha e Europa Ocidental, aliás – estava em ebulição com o ativismo estudantil e contra o imperialismo norte-americano, especialmente contra sua guerra de agressão ao Vietnã. A Revolução Chinesa e a Revolução Cubana eram também uma atração para muitos. Eu fui exposto a muitas escolas sociológicas de pensamento – do funcionalismo estrutural ao marxismo e construtivismo social – e lia todos os tipos de livros e revistas de esquerda como a *New Left Review* e a *Monthly Review*. Este foi o contexto no qual eu me tornei politizado e radicalizado. Muitos estudantes malaios da minha geração em Londres foram também inspirados por similar ativismo.

MB: O que aconteceu quando você voltou para a Malásia? O país já era independente há quinze anos; então, como você se adaptou?

RE: Eu voltei em 31 de dezembro de 1970, dezenove meses depois dos levantes raciais sangrentos de 13 de maio de 1969, em Kuala Lumpur. No Reino Unido, eu mantive contato próximo com os acontecimentos no meu país. As notícias dos levantes de 1969 nos atingiram como um raio. Eu era um líder estudantil na época e, com meus amigos, organizamos uma série de atividades como fóruns e seminários para informar os estudantes – malaios, chineses, indianos e outros – e uni-los. Nós argumentávamos fervorosamente que a questão não era racial, mas de classe.

De volta para casa, uma nova universidade com a língua malaia como o meio de instrução estava sendo criada próxima à então mais estabelecida Universidade da Malaia,



cujo meio de instrução era o inglês. A nova universidade era a Universidade Kebangsaan Malásia (Universidade Nacional da Malásia – UKM), criada em maio de 1970. Ela foi o fruto de lutas de nacionalistas malaio que queriam uma universidade na língua nacional, malaio, para receber principalmente estudantes de escolas nacionais. A política da linguagem malaia entrou em vigor plenamente em todas as universidades na década de 1980. Note-se que os estudantes eram então um grupo de elite, constituindo apenas 1% da faixa etária dos 18-24 anos, ao contrário de hoje, quando a proporção em instituições de ensino superior subiu para 30%.

MB: E a sociologia?

RE: Houve importantes desenvolvimentos na sociologia durante aqueles dias. O Serviço de Assessoria de Harvard no Departamento do Primeiro-Ministro, dirigido pelo professor Samuel Huntington, assistido pelos professores Manning Nash, Myron Weiner e Nathan Glazer, tinha acabado de apresentar ao governo um relatório intitulado “Pesquisa em Ciências Sociais para a Unidade da Nação”, após os levantados de 1969, recomendando a criação de departamentos de sociologia, antropologia, psicologia e ciência política em universidades da Malásia para tratar dos problemas da unidade nacional e também para formar especialistas para lidar com as situações conflituosas da construção da nação. Foi então que a UKM criou o Departamento de Antropologia e Sociologia e começou a recrutar ativamente uma equipe acadêmica. Então, quando eu me disponibilizei para integrar o serviço público no meu retorno, me disseram para ir à UKM. Disseram-me que a UKM precisava de alguém como eu que tinha um título de mestrado, tanto melhor se fosse de Londres, para ensinar lá. Em meu coração, isto era o que eu realmente queria – um cargo de professor universitário.

MB: Isto soa como se o início da década de 1970 tivesse visto o florescimento das ciências sociais, embora sob os auspícios da equipe de Harvard e sua preocupação com a construção da nação. Isto está correto?

RE: É verdade que o final da década de 1960 e início da de 1970 na Malásia foi um período de florescimento das ciências sociais e humanidades, uma época de grandes debates. Mas deixe-me colocar a equipe de Harvard em perspectiva. Ressalte-se que eu era o quarto membro do principiante departamento de antropologia e sociologia da UKM, os três primeiros sendo graduados na Universidade da Malaia. Na verdade, já nos anos de 1960, antes da recomendação da equipe de Harvard, elementos tanto da antropologia quanto da sociologia já eram ensinados no Grupo de Cultura no Departamento de Estudos Malaio da Universidade da Malaia (UM). Proeminentes entre os socólogos eram Sultan Takdir Alisjahbana, Syed Hussein Alatas (que depois se mudou para Cingapura) e Syed Husin Ali. Desse modo, enquanto podemos afirmar que a sociologia e a antropologia na Malásia eram “os filhos da modernização e da construção da nação”, a equipe de Harvard não foi a única parteira, já que acadêmicos da UM já tinham lançado as bases para isso.

Os grandes debates variaram entre as disciplinas. As pes-

soas da literatura foram prolíficas, insistindo na institucionalização da literatura nacional, defendendo a “arte para a sociedade” em oposição à “arte pela arte”; os historiadores repudiavam as perspectivas coloniais (leia-se orientalistas) da história; os economistas realizaram o que era chamado “O grande debate da economia”; e nós, jovens sociólogos e antropólogos, estávamos travando uma guerra de paradigma contra o positivismo, o estrutural-funcionalismo e teorias da modernização, incluindo aquelas avançadas por membros da equipe de Harvard.

Em outra frente, foi também o início do movimento islâmico *dakwah* como parte do movimento estudantil jovem. O campus estava repleto de ativismo de estudantes e intelectuais que se opunham à guerra imperialista norte-americana no Vietnã e a agressão de Israel à Palestina. Internamente, apoiávamos a luta dos camponeses sem terras e os sem-teto urbanos; fizemos campanha contra a pobreza que, na época, afetava cerca de 50% de todos os lares; e contra a corrupção e a mentalidade “fique rico rápido” da elite dominante.

Para mim, pessoalmente, foi a continuação da vida acadêmica e de ativismo estudantil dos meus dias em Londres. Com teorias sociológicas como meu guia, ensinei dois cursos populares – sociologia do desenvolvimento e sociologia política – enquanto meus colegas ensinavam outros cursos como sociologia rural, sociologia urbana, relações raciais e outros. Eu comecei uma revista mensal em 1973 chamada *Truth*, que foi banida depois de sete meses. O que meus amigos e eu fazíamos não era somente sociologia acadêmica e crítica, mas era já uma sociologia pública – embora não tivéssemos o termo ainda. Nossa posição era clara: não existe algo como uma sociologia livre de valores, e as teorias de modernização sobre o desenvolvimento serviam aos interesses de corporações multinacionais. Em sintonia com Gunder Frank, nós argumentamos que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento eram dois lados da mesma moeda, e a sociologia do desenvolvimento herdada do ocidente era tão “subdesenvolvida” quanto os países que pretendia abordar.

MB: Em seguida, veio a repressão. Fale sobre isso e como a sociologia foi afetada.

RE: O ano de 1974 foi outro ponto decisivo na vida de muitas pessoas. A primeira conferência nacional sobre o papel e a orientação da sociologia, antropologia e psicologia na Malásia foi organizada na UKM em agosto daquele ano. Eu fui o presidente do comitê organizador. Foi uma conferência animada na qual intensos debates foram travados sobre o tipo de sociologia e ciências sociais que devíamos encorajar e promover. Foi mais uma expressão da guerra de paradigmas. Professores de várias universidades malásianas junto com pesquisadores e estudantes participaram ativamente. Foi após isto que nós propusemos a formação da Associação da Malásia de Ciências Sociais (MSSA) que se materializou em 1978.

O movimento estudantil e o ativismo intelectual, que tinha atingido o seu clímax em 1974, não duraria muito, pois foi logo reprimido. Prisões em massa ocorreram em dezembro



daquele ano, tendo como alvo líderes estudantis e ativistas intelectuais. Este foi um ponto decisivo daquele período, com graves repercussões para a história subsequente do país. Anwar Ibrahim, atual líder da Oposição Malasiana, na época o líder mais influente do movimento da juventude mulçumana, foi preso e detido. Depois de sua soltura, Anwar foi recrutado pelo Primeiro-Ministro Mahathir para se tornar o Vice-Primeiro-Ministro, até que a relação deles ruiu e ele foi demitido em 1998. O resto é história.

Entre os acadêmicos, um dos maiores sociólogos da Malásia na época, Syed Husin Ali da Universidade da Malaia, foi detido e mantido preso por seis anos, até 1980. Curiosamente, ele conseguiu manter seu posto de professor na universidade, apesar de sua detenção. Seu prestígio era grande entre os professores e, não muito tempo depois de sair da prisão, ele foi eleito Presidente da Associação da Malásia de Ciências Sociais, cargo que ele ocupou por dez anos, até 1990.

Em 1975, logo depois das prisões em massa, o governo pressionou a Universidade e o Ato das Faculdades e Universidades foi promulgado em 1971, introduzindo várias alterações, o que restringiu a liberdade acadêmica e a autonomia da universidade. Este foi um ato repressivo que por muitos anos paralisou a vida intelectual e estudantil nas universidades, um ato que só foi relaxado no ano passado.

MB: Não foi somente depois de 1991, quando houve um compromisso negociado com a oposição, que as universidades abriram de novo; mas o que você estava fazendo todo este tempo?

RE: Bem, como você deve ter adivinhado, eu escapei da prisão, mas tive que deixar o país depois da repressão de 1974. Eu fiquei fora da academia malasiana durante quase vinte anos, mas acompanhei seu desenvolvimento de perto e nunca parei de pesquisar e escrever.

Eu voltei em 1992, alguns anos depois do final da Guerra Fria. A abertura e acomodação do governo combinada com a abordagem profissional da UKM com relação a dissidentes acadêmicos fizeram com que eu pudesse voltar à universidade no mesmo departamento em 1995. As coisas mudaram muito quando comparadas aos primeiros momentos. A universidade e o governo estiveram sob pressão do mercado e aceitaram imperativos do mercado; a educação passou a ser tratada como uma mercadoria, ao invés de um bem público. As tradicionais ciências sociais e humanas, incluindo a sociologia e a antropologia, perderam seu brilho frente à ciência e tecnologia e à administração. A faculdade

de ciências sociais e humanidades em minha universidade foi reestruturada e a sociologia e a antropologia perderam seu status de departamento. Assim, se antes era sem dúvida o departamento de antropologia e sociologia mais forte da história do país nos anos 1970, hoje foi reduzido a um mero programa.

Muitos sociólogos e antropólogos reconhecidos da minha geração se aposentaram ou se mudaram. Entretanto, um proeminente antropólogo social do antigo departamento ainda está ativo até hoje. Ele é o diretor fundador de um importante instituto de pesquisa – o Instituto de Estudos Étnicos na UKM, fazendo trabalho acadêmico e de políticas públicas.

Quanto a mim, deixei o departamento antes dele ser reestruturado e me tornei um pesquisador associado em tempo integral do Instituto Internacional de Estudos Malasianos da UKM, uma unidade multidisciplinar de pesquisa em ciências sociais, criada em 1995. Eu me tornei um professor de sociologia do desenvolvimento em 2001 e fui nomeado professor emérito em 2009.

Quando eu voltei ao país, uma das primeiras coisas que fiz foi me reconectar à Associação de Ciências Sociais. Fui eleito presidente da MSSA em 2000, e como Syed Husin Ali, ocupei o posto por 10 anos. Depois de deixar o cargo, fui eleito Assessor Especial da Associação – um posto que ocupo até hoje.

MB: Você observou o desenvolvimento da sociologia malasiana por mais de quatro décadas. Para onde você acha que ela está apontando?

RE: Apesar das condições mudadas, eu vejo uma luz no fim do túnel. Existe um interesse reavivado pela sociologia entre estudantes jovens, apesar da ênfase na multidisciplinaridade. Eles veem o poder e a relevância das teorias sociais e perspectivas sociológicas, junto com fortes metodologias para analisar as condições sociais e sugerir mudanças. O espírito e o idealismo ainda estão lá. Ainda que o número seja pequeno se comparado a outras disciplinas, ele está crescendo. A MSSA está ajudando a fazer com que este interesse e números cresçam, e esta oportunidade para dialogar com você, Michael, como Presidente da ISA, é muito oportuna. Isto ajuda a gerar um profundo interesse a ampliar nossa perspectiva. Estamos ansiosos para trabalhar juntos e eu tenho certeza que esta colaboração será um estímulo para impulsionar a sociologia e as ciências sociais na Malásia. ■

¹ Escola de Estudos Orientais e Africanos (School of Oriental and African Studies), Universidade de Londres.

> Sociologia da Tunísia após a Revolução

Por Mounir Saidani, Universidade de Tunis El Manar, Tunísia



Mohammed Bouazizi, o jovem vendedor de frutas tunisiano que se tornou o ícone para inflamar a Primavera Árabe.

Três aspectos contraditórios da atual situação da Tunísia estão moldando o trabalho dos sociólogos: tremendas mudanças políticas, uma expandida liberdade de expressão e o advento de uma nova onda de movimentos sociais. Dada a rapidez da mudança social, sociólogos tunisianos têm de modo geral respondido a isto de formas particulares.

> Contexto Pós-Revolucionário

A ditadura de Ben Ali terminou em 14 de janeiro de 2011. Desde então, o país experienciou uma guerra de “todos contra todos”, com muitos dos conflitos envolvendo um novo “inimigo público” – os Salafistas – que são tidos como a ameaça mais perigosa para a chamada “*Tunisian way of life*.” Mesmo a caridade, a assistência social, a filantropia, associações culturais e ONGs tornaram-se, quase que involuntariamente, envolvidas em conflitos na arena política profundamente dividida. O fato de existirem aproximadamente 150 partidos políticos e cerca de 15.000 associações não torna fácil a compreensão da situação.

Estatísticas sociais e outros tipos de dados estão agora mais disponíveis, mas a administração extremamente desorganizada e a reforma muito lenta do seu modo de operação não necessariamente ajudam a criar uma imagem mais precisa da sociedade tunisiana. Com a liberdade de expressão que se manifesta na proliferação de revistas, jornais, mídia social, canais de tv públicos e privados (no total mais de dez) e estações de rádio (cerca

de quinze, em maioria FM), as ruas e praças tornaram-se arenas de lutas políticas e laboratórios de elaboração de opinião pública.

Atores do passado fazem parte da luta do presente, antigos interesses tornam-se desafios atuais e há uma opacidade política que torna o trabalho dos sociólogos arriscado. Movimentos sociais, especialmente depois das eleições de 23 de outubro de 2011, são menos controláveis. Greves gerais locais, protestos e confrontos com a polícia de segurança se espalharam pelo país, sobretudo nas pequenas cidades da região centro-oeste da Tunísia, berço da revolução. Líderes locais passaram a prestar contas perante os protestos populares, o que funciona através da expansão das redes sociais. A profecia social está além do alcance de especialistas públicos e cientistas. Movimentos sociais proclamam novas necessidades e lutam por novos objetivos, sejam eles ambientais, étnicos, regionais, ou relativos ao gênero. A análise dos movimentos sociais tem que ser renovada a cada dia.

> Sociologia em tempos de turbulência

Os 60 sociólogos acadêmicos dos três departamentos de sociologia das universidades da Tunísia se dividem em três categorias. Há aqueles que publicam livros sobre o tumulto; eles não são numerosos, talvez quatro ou cinco. Cerca do mesmo número publicam artigos. A maioria não publica, argumentando que “o movimento social em curso não pode ser analisado devido ao seu caráter caótico e em constante mudança”. Antes da revolução não



havia mais do que dois ou três sociólogos lidando com movimentos sociais e questões relacionadas. Pelo primeiro ano do período pós-revolucionário, sociólogos pertencentes à segunda categoria estavam bem confortáveis, escrevendo artigos de caráter teórico sem risco ou simplesmente sobre si mesmos. Jornais semanais ou mesmo diários eram seus meio de expressão usuais, e seus artigos se detinham sobre o que acontecia no país, em geral. Artigos mais focados procuravam identificar os atores dos levantes. Alguns desses sociólogos escreveram suas impressões em *blogs* ou no *Facebook*.

No início, havia pouco interesse da mídia em vozes e pontos de vista sociológicos, mas isto mudou com o passar dos meses. Em relação à transmissão de seus conhecimentos, os sociólogos tunisianos estão experimentando uma nova relação com a mídia, na qual a demanda por seus serviços é parte de uma estratégia política para lidar com as questões sociais de novas maneiras. Alguns sociólogos acadêmicos tornaram-se membros de equipes editoriais de revistas teóricas ou intelectuais, enquanto outros estão envolvidos em centros de pesquisa sem nenhuma estrutura acadêmica. Nenhum dos grupos produz conhecimento científico. Que tipo de trabalho estão realizando nestes espaços? Não é possível ser muito otimista, dadas as condições em que trabalham. A próxima questão é se estas novas mídias dão novas oportunidades para uma sociologia pública ou se são simplesmente um artifício político que se reduz a polêmicas.

Um sociólogo tunisiano que publica livros disse: *"Tudo o que publiquei foi devido aos meus esforços pessoais. Ninguém me deu nenhum apoio"*. Outro faz a réplica: *"Nós, os sociólogos acadêmicos com menos prestígio, não temos oportunidades. A maioria das atividades, mesmo aquelas or-*

ganizadas dentro da universidade, são somente para aqueles que já foram 'reconhecidos'". Assim, jovens sociólogos enfrentam uma situação particularmente difícil: "Quando alguém tem que lidar com a situação toda por si próprio, jovens sociólogos estarão ausentes". Entretanto, nós temos uma nova publicação intitulada *Penser la société tunisienne aujourd'hui : La jeune recherche en sciences humaines et sociales* [Pensando a sociedade tunisiana hoje: o jovem pesquisador em ciências humanas e sociais], que reuniu cerca de vinte artigos escritos em francês, produzidos depois de um *workshop* de escrita realizado em julho de 2010, em colaboração com o Instituto de Pesquisa sobre o Magreb Contemporâneo (IRMC). Por outro lado, desde o fim da ditadura, a Associação Tunisiana de Sociologia, que já tem mais de 25 anos, não foi capaz de organizar mais do que poucos encontros para estudantes de sociologia.

Uma das respostas adotadas pelos sociólogos tunisianos tem sido tentar publicar no exterior e assegurar melhor visibilidade desta forma. Mas o primeiro simpósio internacional de sociologia organizado sob o título de "Sociologia das Revoluções Árabes", realizado em março de 2011, em Sidi Bouzid, o local de nascimento de Bouazizi – o vendedor de rua que ateou fogo em si mesmo e tornou-se o catalisador da Revolução Tunisiana –, atraiu não mais do que sete sociólogos tunisianos, um dos quais tinha se estabelecido em Beirute, um argelino e um libanês que veio da Inglaterra.

Outros sociólogos tentam contruir relações com os movimentos sociais: "Eu sou um ativista social. Eu tento avançar minha posição através da exposição da minha visão sociológica", disse um colega. Outro testemunha: "Não é fácil, o ativismo social na Tunísia é novo e tanto os políticos da oposição quanto os partidários do governo criam muitos obstáculos. Formação,

enraizamento de conceitos e recrutamento de atores devem ser organizados simultaneamente e de maneira democrática. Deve haver respeito pelas dinâmicas internas das equipes. Isto se tornou mais difícil quando você está sozinho, sem nenhuma arma além da sua vontade." Desde o começo do ano letivo de 2011-2012, jovens pesquisadores têm mostrado um crescente interesse pelos movimentos sociais, especialmente para seus mestrados, mas também, em menor número, para doutorados. Muitos destes estudos são baseados em trabalhos de campo, surveys, e outros tipos de investigação científica e se concentram sobre o papel da juventude, nas mídias sociais e na memória dos participantes.

> **Novas oportunidades para pesquisa**

As condições de pesquisa estão muito mais abertas do que antes. O antigo medo de represálias políticas e administrativas, que restringiam a liberdade de expressão, foi dissipado e os entrevistados se sentem à vontade para declarar suas visões e experiências. Pesquisadores podem utilizar fotos, testemunhos gravados em vídeo e, às vezes, diários. No entanto, os novos quadros teóricos ainda estão em estágio embrionário de desenvolvimento.

Podemos dizer que os sociólogos tunisianos que examinam suas mudanças sociais ainda enfrentam obstáculos consideráveis para o desenvolvimento de uma nova visão para suas pesquisas. Ainda assim, a rápida e profunda mudança social no período pós-ditatorial está levando a uma abordagem mais científica para o estudo da sociedade. A questão permanece, entretanto: os sociólogos serão capazes de aproveitar as oportunidades em expansão para cumprir suas novas obrigações com o desenvolvimento da sociedade? ■

> Sociologia cinematográfica

Entrevista com Joyce Sebag e Jean-Pierre Durand

Universidade de Evry, França



Joyce Sebag.



Jean-Pierre Durand.

Joyce Sebag e Jean-Pierre Durand são um casal-equipe de sociólogos cinematográficos do Centro Pierre Naville, da Universidade de Evry, nos arredores de Paris. Depois de terem devotado duas ricas décadas à sociologia do trabalho, em 1995 o longo fascínio de Sebag e Durand com a imagem os levou a lançar o programa de pós-graduação em Imagem e Sociedade. Seus mestrados e doutorados ganham uma combinação única de formação cinematográfica enraizada na expertise das ciências sociais, com diplomas concedidos em função da produção de um filme sociológico. Durante este tempo, Sebag e Durand também produziram três documentários: *Dreams on the Line*, sobre as novas condições de trabalho numa fábrica de carros da Califórnia; *Nissan: a History of Management*, sobre a estratégia da empresa multinacional; e *50 Years of Affirmative Action in Boston*, sobre a ação afirmativa nos EUA. Como resultado de seus esforços, a Associação Francesa de Sociologia recentemente reconheceu a sociologia cinematográfica como um campo oficial de estudos. Eles foram entrevistados por Jordanna Matlon, pós-doutoranda do Instituto para Estudos Avançados em Toulouse.

JM: Por que vocês se referem à sociologia que fazem como cinemática, e não visual?

JS: Eu penso que a sociologia visual já existe há muito tempo e é mais uma análise da fotografia e filme do que uma maneira de pensar com imagens. Nós queremos tentar encontrar uma forma para a sociologia enunciar coisas com fotografia e filmes.

JM: O que vocês consideram as habilidades específicas de um sociólogo cinematográfico?

JS: Quando você estuda algo, você pensa que conseguiu algo muito racional e que você tem uma grande distância disto. Você pensa que é “externo” ao objeto. E uma das razões para a utilização da mídia como apoio é que você mostra que você está sempre dentro da pesquisa.

JM: E isto é uma parte inevitável do método

JS: Sim. O filme é uma forma de dizer que a ciência não é “externa” as pessoas. Ela está incluída “dentro” das pessoas que são retratadas ou estudadas. Seus pontos de vista estão aqui. O documentário é um espaço de reflexão. Nós fazemos pesquisa para criar este espaço de reflexão, e como uma forma de debater com pessoas que não estão na situação de serem sociólogos, e, ao mesmo tempo, para criar algo novo. É um lugar de encontro. É uma maneira de entrar em uma multiplicidade de pontos de vista.

Nós vemos que estas pessoas no filme são os atores da pesquisa. Você pode ver que eles são. Eles pensam. Eles não são somente objetos.

JPD: Eu gostaria de dizer que se os sociólogos estão apreciando o uso de filmes e vídeo relativamente tarde – tarde se comparados aos antropólogos – eu penso que é porque em sociologia nós começamos por estudar pessoas que estão nos mesmos lugares que nós mesmos, não na África,



Indonésia, ou outros. Quando sociólogos falam sobre seus próprios países, eles fazem uma escolha em relação ao tópico de estudo, uma fatia da realidade. Além disso, quando você escreve, é muito fácil fazer esta escolha. E o que é mais importante para os sociólogos não é o que falamos, é o que omitimos – o residual. Quando você está fazendo sociologia cinematográfica, é muito mais difícil escolher, omitir as coisas residuais.

JM: Você pode me dar um exemplo de uma escolha que você fez ou algo de sua experiência?

JPD: Por exemplo, em [nosso documentário] *Dreams on the Line* nós não falamos muito sobre sindicatos com os trabalhadores. Só um pouco. E alguns deles falaram coisas muito, muito ruins sobre os sindicatos. Sindicatos são para...

JS: Pessoas preguiçosas.

JPD: Pessoas preguiçosas. Um deles disse isso. E uma mulher disse: “*Eu sou uma trabalhadora, Eu não posso fazer greve*”. Se você estivesse escrevendo, você deixaria isto de lado porque é talvez um segundo de uma longa entrevista. Mas, na realidade, aqui nós usamos este comentário para mostrar por que e como as pessoas aceitam novas condições, como as regras japonesas de trabalho. E os sindicatos têm que cooperar com seus membros, e por isso eles se mantêm em silêncio.

JS: Nós vimos pessoas no trabalho muito apressadas e cansadas, sob muita pressão. Mas quando nós filmamos estas pessoas elas pareciam muito calmas e muito relaxadas. Então tivemos que mostrar como eles pareciam calmos. Mas então, em paralelo, nós também os entrevistamos e todos disseram: “É um trabalho duro, é um trabalho muito duro”. Mas não é um filme de Charlie Chaplin. Tudo parece muito tranquilo. Então nós fizemos uma justaposição da entrevista para mostrar o que você vê quando você faz uma observação de campo às vezes não é a realidade dos sentimentos das pessoas. E nós o chamamos *Dreams on the Line* porque todo mundo sonha em escapar disto, fugir da linha.

Portanto, este filme é uma forma de iniciar uma conversa. É um desafio para a simplificação da realidade, uma simplificação que faz violência à realidade.

JPD: Como a Joyce disse, é uma sociologia subjetiva, mas é também um conhecimento racional. Nós tínhamos nosso ponto de vista. Nós assumimos a nossa própria subjetividade, mas é muito mais difícil do que escrever um livro ou um artigo. Porque, claro, nós podemos fazer escolhas – nós filmamos ou editamos e assim por diante. Claro. Mas quando você filma, você não pode simplesmente deixar de lado os fatos inconvenientes. Isto é um grande problema. Eu escrevi talvez 15 livros, e eu sei como mostrar o que é importante e como argumentar em um livro. Mas com um filme você não pode argumentar do mesmo modo porque os fatos – fatos sociais – estão na sua frente. Às vezes, os sociólogos podem ser mágicos, mas você não pode ser um quando está fazendo sociologia cinematográfica.

JM: Como vocês veêm seu papel na sociedade como sociólogos cinematográficos?

JPD: Eu acredito que o nosso papel é mostrar o que está escondido na vida social. Para isso, talvez precisemos explicar as coisas racionalmente, mas para ser ouvido e para atrair a atenção das pessoas com quem temos que trabalhar precisamos lidar com as emoções também. Na escrita eu acredito que é mais difícil mostrar as camadas de nossas emoções, como as emoções controladas.

JS: Por exemplo, nós realizamos uma poderosa entrevista com uma mulher em nosso filme sobre ação afirmativa em um bairro da periferia de Boston. A forma como ela respondeu demonstrou sua dignidade, seu controle. Dessa maneira, ela desafiou aqueles que escolheriam usar a violência. Eu acho que é importante mostrar a dignidade das pessoas.

JM: Você acha que na sociologia cinematográfica o uso específico do emotivo para a persuasão pode deixá-la aberta à crítica sobre manipulação? Ou talvez isto leve a outra forma de obter compreensão?

JS: Não existe somente uma única forma de entender algo. Nosso entendimento não é só racional. Compreender com sentimentos também é compreender. Na verdade, você pode ser capaz de entender mais. Mas, é verdade, você também pode ser manipulador ao escrever um livro e talvez até de forma mais fácil.

Mas o filme também muda a relação que você tem com as pessoas que conhece no campo. Eu estava na linha de montagem de uma fábrica de carros perto de Paris, fazendo uma pesquisa etnográfica. Um trabalhador disse para mim: “*Você diz que faz pesquisa e nós te ajudamos. Mas nós não somos nada para você depois da pesquisa, não ganhamos nada em troca. É bom para sua carreira*”.

JM: Como exploração.

JS: É como exploração. Mas quando você vê pessoas falando em um filme elas existem. Talvez você explique para elas, talvez seja outro tipo de exploração. Mas, ao menos, agora nós podemos dizer para eles “você existe”. Você pensa. Você fala. E o espectador pode ver suas expressões físicas e ouvir seu tom de voz.

E é muito importante mostrar que essas pessoas não são sombras, mas seres humanos reais. E que eles pensam. Você ouve suas palavras e vê seus rostos. Nós não estamos dando a eles um papel, eles assumem seus próprios papéis no filme.

JM: Quais são os desafios que enfrentam como sociólogos cinematográficos?

JPD: Muitas pessoas – o público, sociólogos e muitos cientistas – não têm a capacidade de ler imagens, fotos. Na escola, aprendemos a ler e a escrever palavras, mas nunca aprendemos a ler fotografias. Existem alguns especialistas em filmes: críticos de cinema, críticos de fotografia etc. Mas existe uma grande lacuna entre estes profissionais e o público. Isto é um problema, porque o público – e muitos sociólogos – não podem ler uma imagem. Este é provavelmente nosso maior desafio como so-



ciólogos visuais e do cinema.

JS: É preciso que haja treinamento na análise de imagens e, para fazer filmes, nós precisamos entender o que significa produzir uma imagem.

JPD: Em uma imagem você tem que sentir a imagem. Mas se você vê a figura, você deve pensar também sobre onde a fotografia foi tirada e o que ficou de fora do enquadramento.

JS: Quando você mostra uma imagem existe algo fora dela.

JPD: Aqui está o enquadramento, mas a maior parte do tempo você está fora do enquadramento.

JS: Para sociólogos é o mesmo. Você está olhando para o que vê e para o que não vê.

JPD: O contexto.

JS: O contexto. O que está fora do campo, o que está escondido pelas pessoas que estão na sua frente.

JPD: E muitas pessoas somente consideram os fatos do que está no enquadramento. Mas desta forma você não consegue entender as conexões com a sociedade em geral, o "quadro geral".

JM: *Você falou sobre a formação necessária para entender as imagens. Eu imagino que seja ainda mais relevante quando se trata de fazer uma boa sociologia cinematográfica. Vocês podem nos dizer sobre como começaram o programa de pós-graduação na Universidade de Evry?*

JPD: A Universidade de Evry abriu no início dos anos de 1990 como uma das quatro universidades nos arredores de Paris. Eu fui indicado como um sociólogo industrial. Nós tivemos um presidente muito inteligente na universidade que era a favor da inovação. Joyce foi até ele discutir as possibilidades de uma sociologia do filme e ele disse: "Eu não tenho dinheiro, mas se vocês puderem encontrar dinheiro, eu os apoio."

JS: Jean-Pierre o encontrou. Ele estava trabalhando na indústria automobilística conduzindo pesquisas, e a gerência ofereceu suporte financeiro para a universidade. Eles nos deram dinheiro e nós compramos nossa primeira câmera. Além disso, para organizar esta formação na universidade, no primeiro ano eu disse: "Ok, se você quer pertencer a este programa e ensinar nele, você deve seguir toda a formação de seus colegas". Ou seja, você deve aprender sobre som, roteiro, direção, edição, tudo, mas também fazer cursos na sociologia, história, antropologia e história do documentário, análise de imagens. Nós todos fizemos isto por um ano. Depois disto, nós pedimos ao ministério para reconhecer a formação que estabelecemos, o que foi feito. Então, em 1997, nós começamos o mestrado em Imagem e Sociedade. O programa requer que todo estudante faça um filme como sua tese. Eles devem fazê-lo por sua própria conta.

JPD: Esta pós-graduação foi a única a exigir uma competên-



Cena do segundo filme de Sebag e Durand sobre ação afirmativa, em produção, intitulado Mississippi, Columbus, Boston: une trajectoire familiale [De Mississippi para Boston: a Trajetória Família]. O filme retrata a trajetória de uma família Africano-Americana da escravidão a Harvard.

cia dupla: técnica, cinema, escrita etc., mas também ciências sociais.

JM: *E quando você disse que é a única com uma competência dupla, você diz na França? Ou no mundo?*

JS: Eu não sei sobre o mundo! Na França agora estão tentando desenvolver outros. Mas talvez ele tenha sido o primeiro.

JPD: Agora, nós temos vinte estudantes de mestrado por ano e sete de doutorado.

JM: *Uma vez que vocês formaram principalmente profissionais até este ponto, vocês sentem como acadêmicos que isto é uma perda, que vocês não estão levando sua tradição de sociologia cinematográfica? Ou vocês acham que estes profissionais também se consideram sociólogos cinematográficos?*

JPD: Isto depende deles. Alguns são muito envolvidos na vida social ou política. De fato, alguns estudantes vêm para este programa como ativistas. Nós mostramos a eles que o ativismo não é suficiente para fazer um bom documentário, porque quando você é um ativista você tem um ponto de vista e você não quer ver outras coisas. Para isto, nós precisamos talvez de seis meses para mostrar a eles que precisam mudar suas mentes, adotar uma visão mais ampla. Estapessoas, uma vez que entendem isto, podem ser muito bons cineastas, porque têm um compromisso social dentro deles.

JM: *Em relação aos seus estudantes de doutorado, vocês pensam que eles estarão interessados no ensino?*

JPD: Alguns deles gostariam de ser documentaristas, mas num nível mais elevado. E outros gostariam de ser professores, sim, acadêmicos. Mas eles entendem que é muito difícil, porque os sociólogos em geral têm que primeiro reconhecer a sociologia cinematográfica como um campo em seu próprio direito, e para isso nós temos um longo caminho pela frente. Estamos trabalhando nesta direção. Existem talvez somente três ou mesmo quatro universidades que são abertas à sociologia cinematográfica. Não existem muitas posições e este é um de nossos problemas. Estamos no início do processo. ■